

RELATÓRIO E CONTAS

PRIMEIRO SEMESTRE DE 2006

GRUPO MÉDIA CAPITAL, SGPS, S. A.

O Conselho de Administração do Grupo Média Capital, SGPS, SA no cumprimento dos preceitos legais e estatutários instituídos, apresenta o Relatório de Gestão relativo ao primeiro semestre do exercício de 2006.

RELATÓRIO DE GESTÃO CONTAS DO PRIMEIRO SEMESTRE 2006

INTRODUÇÃO

A sociedade Grupo Média Capital, SGPS, S. A. (“Empresa” ou “Media Capital” ou “Grupo”) tem como único investimento, uma participação de 100% na MEGLO – Media Global, SGPS, S.A. (“Media Global”). Através desta participação a Empresa detém, indirectamente, participações nas empresas indicadas na Notas 4, 5 e 6 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2006.

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao semestre findo em 30 de Junho de 2006 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia (IFRS). Conforme requerido pelos IFRS, a informação financeira relativa ao período homólogo foi ajustada de forma a permitir uma adequada comparação. Na preparação das demonstrações financeiras semestrais anexas, foi seguida a Norma Internacional de Contabilidade 34 – Relato Financeiro Intercalar.

As designações completas das empresas incluídas neste relatório têm a devida correspondência no referido anexo às demonstrações financeiras consolidadas, que são parte integrante deste Relatório Consolidado de Gestão.

RESULTADOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2006**– CONTAS CONSOLIDADAS –**

- § O Grupo Media Capital alcançou um resultado líquido de €10 milhões, um aumento de 15% face ao mesmo período em 2005.
- § No 1º semestre de 2006, os proveitos consolidados registaram um aumento de 6% para os €116,9 milhões, com +12% em Televisão, +4% em Publicidade exterior e -3% em Rádio.
- § As receitas publicitárias subiram 7% para €92,0 milhões, principalmente devido ao sólido crescimento do segmento de Televisão com +9%. No 2º trimestre de 2006 estas receitas subiram 5% com a Televisão a registar um crescimento de 7%.
- § O EBITDA (Resultados operacionais + Amortizações) consolidado verificou uma evolução de 14% face ao mesmo período do ano anterior para os €26,0 milhões. No 2º trimestre o EBITDA consolidado subiu 7% para os €16,7 milhões.
- § A margem EBITDA do 1º semestre foi de 22.2%, um crescimento de 1,7 p.p. face ao período homólogo de 2005, tendo a mesmo atingido um valor de 25.5% no 2º trimestre, uma subida de 0,5 p.p.
- § Os resultados operacionais (EBIT) obtiveram um aumento de 19% para os €20,3 milhões na sequência da sólida evolução do desempenho operacional.
- § A TVI liderou as audiências em todo o 1º semestre de 2006, tanto em *all day* como em *prime time*, com shares de audiências de 36,7% e 41,6% respectivamente.
- § Mesmo tendo Junho sido mês de Mundial de Futebol, a TVI manteve a preferência dos espectadores Portugueses, tendo registado audiências de 34,4% em *all day* e de 39,1% em *prime time*.

1. Análise às Demonstrações Financeiras Consolidadas

(valores em milhares de €)	S1 06	S1 05	Var %	T2 06	T2 05	Var %
Total de Proveitos Operacionais	116,921	110,631	6%	65,390	62,340	5%
Televisão	87,248	78,048	12%	49,661	44,855	11%
Rádio	7,260	7,456	-3%	3,804	4,149	-8%
Publicidade exterior	8,833	8,527	4%	5,170	5,089	2%
Outros	13,581	16,600	-18%	6,755	8,247	-18%
Total de Custos Operacionais	90,966	87,931	3%	48,702	46,758	4%
EBITDA	25,955	22,700	14%	16,688	15,582	7%
Margem EBITDA	22.2%	20.5%	1.7 pp	25.5%	25.0%	0.5 pp
Televisão	28,644	23,690	21%	17,843	15,787	13%
Rádio	7	972	-99%	-121	687	N/A
Publicidade exterior	1,005	570	76%	1,003	891	13%
Outros	(3,701)	(2,532)	-46%	(2,038)	(1,784)	-14%
Amortizações	5,698	5,663	1%	2,843	2,835	0%
Goodwill	0	0	N/A	0	0	N/A
Resultados Operacionais (EBIT)	20,257	17,036	19%	13,845	12,746	9%
Resultados Financeiros (líquido)	4,493	4,310	4%	3,126	1,624	93%
Res. antes de imp. e int. minoritários	15,765	12,727	24%	10,718	11,123	-4%
Imposto sobre o rendimento	(5,530)	(4,230)	-31%	(3,564)	(3,471)	3%
Interesses minoritários	(210)	250	N/A	(222)	(228)	-2%
Resultado líquido do período	10,024	8,747	15%	6,932	7,424	-7%

Para o período findo em 30 de Junho de 2006, o Grupo Media Capital apresentou **proveitos consolidados** de €116,9 milhões, uma subida de 6% face a idêntico período do ano anterior e um **EBITDA** (líquido de todas as provisões) de €26,0 milhões, uma evolução positiva de 30% face ao período homólogo de 2005.

O **Resultado Operacional** (EBIT) verificou uma evolução positiva de 19% face aos €17,0 milhões do 1º semestre de 2005, atingindo os €20,3 milhões no 1º semestre de 2006. O **Resultado Líquido** subiu para €10,0 milhões, um ganho de 15% face ao mesmo período do ano anterior.



O crescimento registado nas receitas consolidadas fica a dever-se maioritariamente ao **aumento de 7% nas receitas publicitárias**, em que o segmento de Televisão

obteve um aumento de 9%, o segmento Outros uma subida de 6%, a Publicidade Exterior um aumento de 1% e a Rádio a recuar 8%.

O desempenho obtido no 1º semestre, resulta na sua maior parte do forte crescimento registado nas audiências do segmento de Televisão face ao mesmo período do ano anterior, tendo a TVI liderado tanto em *prime time* com em *all day*, mantendo a sua liderança em quota de mercado publicitário.

A descida de 18% nas vendas de revistas, enquadra-se numa tendência de queda generalizada no mercado das publicações, com as revistas a seguir essa tendência, ainda que minorada pelo impacto do aparecimento de novas publicações.

Os Outros proveitos operacionais, obtiveram um crescimento de 7%, com os crescimentos alcançados nos segmentos de Televisão e Rádio a suplantarem a já antecipada redução no tráfego de Internet.

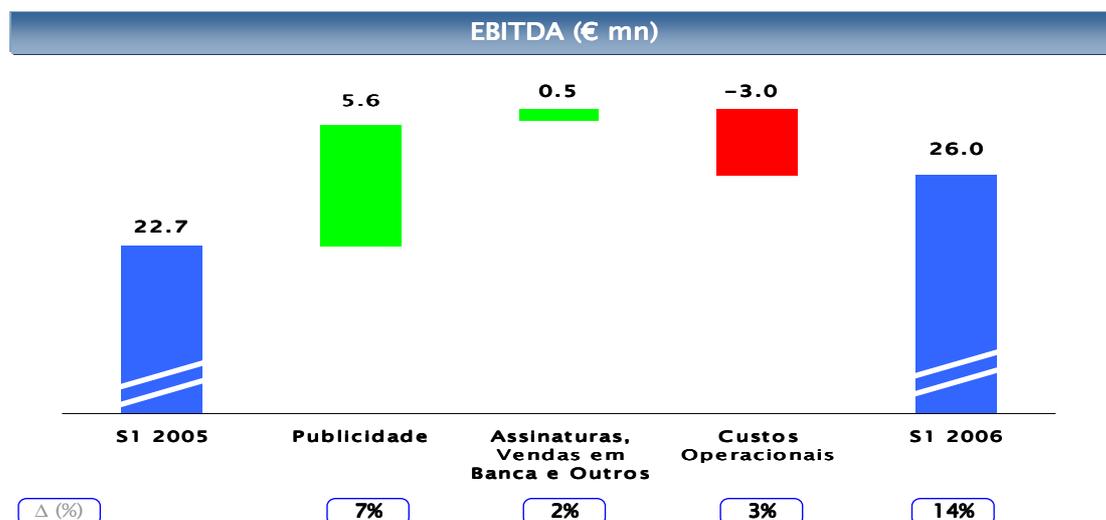


Os **custos operacionais** registaram uma subida de 3%, como resultado do:

- aumento de custos de programação em Televisão (€3,0 milhões), com o aumento dos custos com a produção interna de programas e custos com a transmissão do Campeonato da Europa de futebol de Sub-21 e a cobertura e resumos do Campeonato do Mundo de futebol.
- aumento dos custos de marketing no segmento de Rádio (€0,8 milhões) e
- aumento de custos associados a maiores receitas não publicitárias (€0,4 milhões)

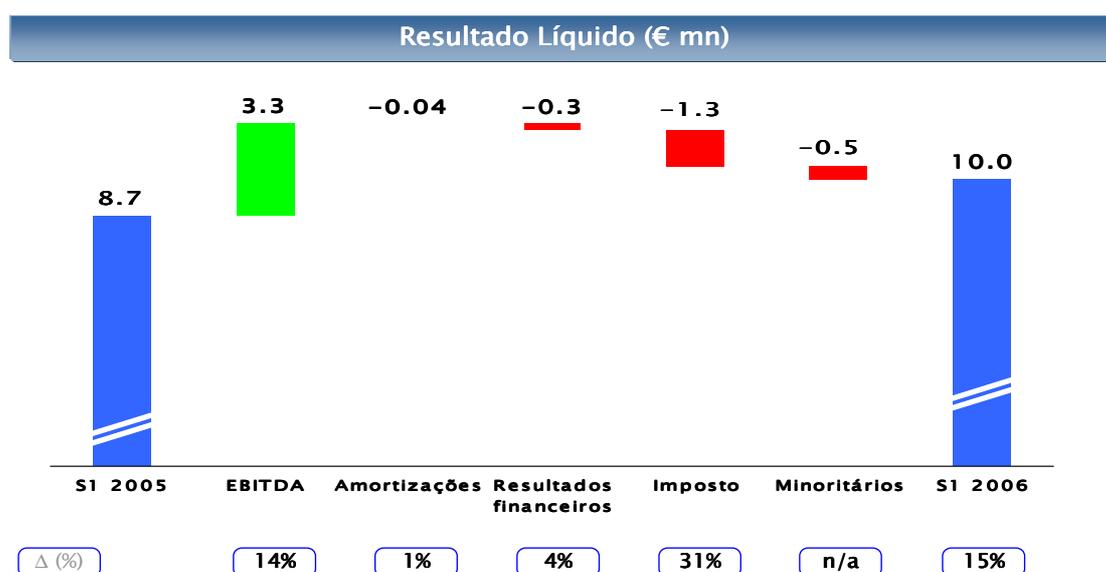
sendo que estes aumentos foram em parte compensados por:

- redução de custos variáveis na área de Internet e
- redução de custos associados à venda de produtos complementares e eventos associados à área de imprensa.



Os **custos e perdas financeiros** tiveram um aumento de 4% para os €4,5 milhões, em que a redução de encargos com juros líquidos (diminuindo 28% face a ao 1º semestre de 2005 em virtude de menor dívida média no período) e dos custos com instrumentos derivados, a ser compensada pelos custos com o *equity swap* sobre acções próprias contratado pelo Grupo Media Capital, item que no mesmo período do ano de 2005, representou um proveito financeiro de €1,6 milhões.

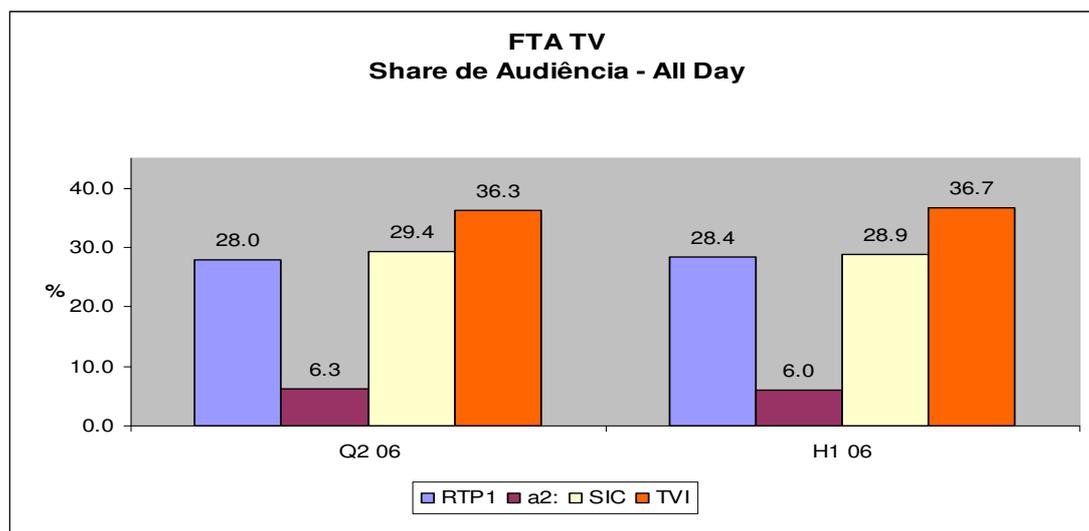
O **imposto sobre o rendimento do exercício**, (não representa na sua maioria saída de numerário) apresenta um acréscimo devido ao aumento nos resultados antes de impostos. A taxa efectiva de imposto é superior à taxa nominal (27,5%), dado que os custos financeiros, relacionados com a aquisição de participações sociais, a nível da Holding, não são dedutíveis fiscalmente e devido à tributação autónoma que incide sobre certas despesas.



2. Televisão

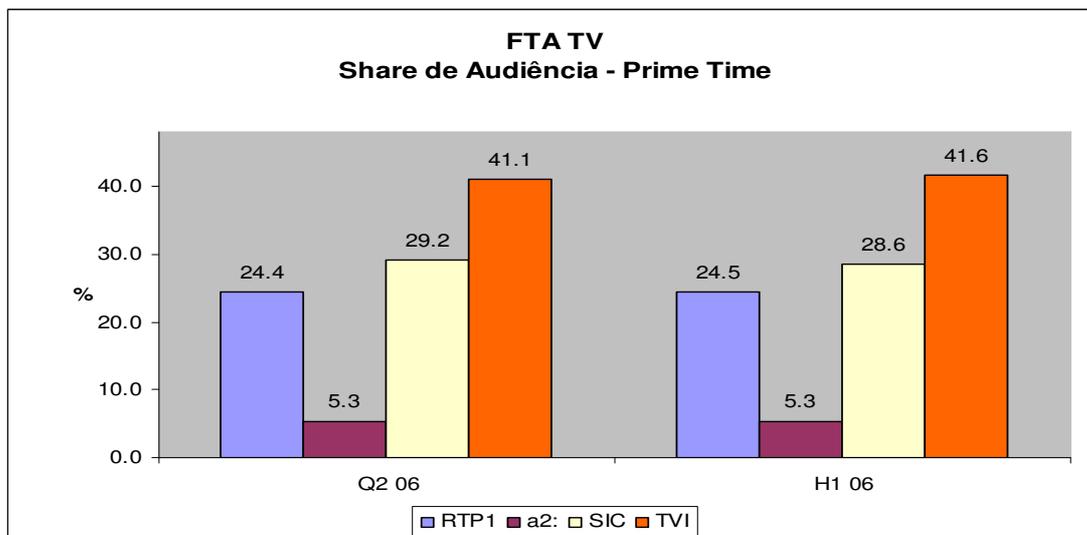
(valores em milhares de €)	S1 06	S1 05	Var %	T2 06	T2 05	Var %
Proveitos Operacionais	87,248	78,048	12%	49,661	44,855	11%
Publicidade	73,940	67,867	9%	42,729	39,808	7%
Outros Proveitos	13,308	10,181	31%	6,932	5,047	37%
Total de Custos Operacionais	58,604	54,358	8%	31,818	29,068	9%
EBITDA	28,644	23,690	21%	17,843	15,787	13%
Margem EBITDA	32.8%	30.4%	2.5 pp	35.9%	35.2%	0.7 pp
Amortizações	3,069	3,250	-6%	1,530	1,620	-6%
Goodwill	0	0	N/A	0	0	N/A
Resultado Operacional (EBIT)	25,575	20,440	25%	16,313	14,167	15%

O segmento de Televisão inclui transmissão e produção televisiva, além de actividades relacionadas não publicitárias (incluindo a venda de CD's de música).



Fonte: Marktest

De acordo com os dados da Marktest, a TVI liderou as **audiências** de televisão na totalidade do **1º semestre de 2006**, com **shares de 36.7% em all day** e de **41.6% em prime time**. Estes valores comparam com 33,5% no total do dia e 35,8% no *prime time* no 1º semestre de 2005.



No 2º trimestre e apesar das transmissões do Campeonato do Mundo de futebol, a TVI manteve a liderança nas audiências, obtendo *shares* de 36,3% e 41,1% em *all day* e em *prime time* respectivamente. No mês de Junho e mesmo tendo o mesmo sido mês de Mundial de Futebol, a TVI manteve a preferência dos espectadores Portugueses, tendo registado audiências de 34,4% em *all day* e de 39,1% em *prime time*.

A liderança no 1º semestre manteve-se ainda em outras importantes faixas horárias, com destaque para o acesso ao horário nobre (entre as 18h e as 20h) e no *late night* (entre as 0h e as 2:30h), ambos com *shares* de audiências de 40,9% e 39,7%.

A forte performance da TVI permanece assente nos seus elementos habituais de programação, em que as produções de ficção portuguesa do Grupo continuam a ser a base do continuado sucesso da TVI nos *shares* de audiência.

Na ficção em Português a TVI estreou em Junho a sua nova novela “**Tempo de Viver**” cujos primeiros 11 episódios uma quota de **46,3%** correspondente a mais de **1,5 milhões** de espectadores diários, liderando confortavelmente o seu horário de emissão, tal como a novela “**Dei-te Quase Tudo**”, que terminou entretanto já no mês de Julho, a qual obteve um desempenho excepcional com um share médio de **47,3%** no decorrer do 1º semestre de 2006.

O produto de ficção com maior audiência entre o público mais jovem, a série III de “**Morangos com Açúcar**” chegou ao seu final neste mês, tendo atingido um *share* médio desde o seu início de **42,7%**, mantendo uma posição clara de liderança no horário das 19 horas. Com a chegada das férias, entrou também no ar a partir de 17 de Junho a série III de “**Morangos Com Açúcar – Férias de Verão**” com os primeiros resultados a indicarem um *share* médio de **47,8%** no horário referido.

O “**Jornal Nacional**” manteve-se como o serviço noticioso mais visto, confirmando-se desta forma a tendência semestral de liderança: na primeira metade de 2006 este serviço noticioso obteve **34,2%** de *share* e foi o único a obter mais de **1 milhão** de espectadores diariamente.

O “**Meu Odioso e Inacreditável Noivo**” transmitido pela TVI nos dois últimos meses deste semestre, liderou o seu horário nas noites ao domingo com um share médio de **43,6%**, com base regular em aproximadamente **1 milhão** de espectadores.

Com um crescimento de 9% nos seus **proveitos publicitários**, a TVI superou novamente de forma clara a fraca evolução verificada no mercado publicitário de televisão no 1º semestre de 2006, beneficiando do **crescimento das suas audiências** face a igual período em 2005. A TVI manteve a sua liderança em termos de quota de mercado de investimento publicitário tendo alcançado um **share estimado de aproximadamente 49%**.

Os **outros proveitos** verificaram uma subida de 31% no período, principalmente devido ao aumento dos proveitos de call-TV e de Merchandising. A popularidade continuada da série juvenil “Morangos com Açúcar” tem sido a principal impulsionadora das vendas de produtos licenciados. Os “Morangos com Açúcar” são hoje uma das marcas mais populares junto de crianças e adolescentes em Portugal, com mais de 100 produtos licenciados com a sua marca, desde relógios a revistas, de concertos a livros, cosmética e têxteis entre outros.

As **vendas de CD’s** registaram também uma evolução positiva, de cerca de 4%, com tanto os discos da Farol Música (nomeadamente através das bandas sonoras dos programas da TVI, tal como os “Morangos com Açúcar”), como os discos da Warner, a registarem desempenhos positivos neste 1º semestre de 2006. No total a Farol e a Warner colocaram 44 dos seus CD’s e 16 dos seus DVD’s nos respectivos tops 30 nacionais, liderando as tabelas em mais de metade das semanas do 1º semestre. O peso dos outros proveitos no total de receitas do segmento de Televisão passou de cerca de 13% no 1º semestre de 2005 para os 15% no mesmo período em 2006.

Os **custos operacionais** do segmento de Televisão verificaram um acréscimo de 8% principalmente devido ao:

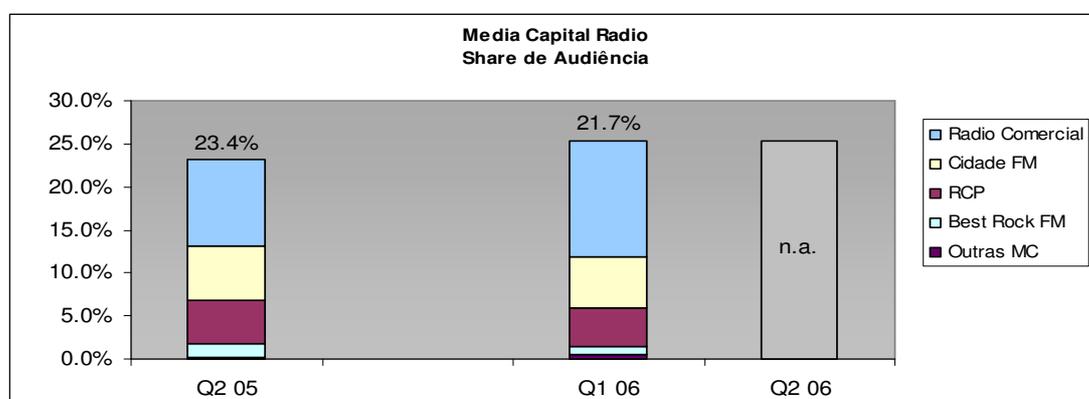
- § crescimento total de custos de programação em cerca de €3,0 milhões, devido ao aumento dos custos com os programas de produção interna e ao custos associados à transmissão do Europeu de futebol de Sub-21 e à cobertura do Campeonato do Mundo de futebol na Alemanha.
- § aumento dos custos variáveis, associados ao aumento dos proveitos, na área não publicitária em €0,4 milhões.

O **EBITDA consolidado** do segmento Televisão aumentou em 21% em relação a igual período do ano anterior para os €28,6 milhões, tendo a **margem EBITDA** aumentado para os **32,8%**, uma subida de 2,5 p.p..

O **EBIT consolidado** do segmento atingiu os €25,6 milhões, um crescimento de 25% em relação a idêntico período do ano anterior.

3. Rádio

(valores em milhares de €)	S1 06	S1 05	Var %	T2 06	T2 05	Var %
Proveitos Operacionais	7,260	7,456	-3%	3,804	4,149	-8%
Publicidade	6,700	7,261	-8%	3,500	3,980	-12%
Outros proveitos	559	195	187%	304	169	80%
Total de Custos Operacionais	7,253	6,484	12%	3,925	3,462	13%
EBITDA	7	972	-99%	-121	687	N/A
Margem EBITDA	0.1%	13.0%	-12.9 pp	-3.2%	16.6%	-19.7 pp
Amortizações	909	622	46%	447	307	46%
Goodwill	0	0	N/A	0	0	N/A
Resultado Operacional (EBIT)	(902)	350	N/A	(569)	380	N/A



Fonte: Marktest

Os resultados relativos às audiências de rádio do 2º trimestre de 2006 só deverão ser divulgadas pela Marktest no final do mês de Julho.

Antes do início do Campeonato Europeu de futebol em sub-21 a Media Capital Rádios (MCR) lançou a Rádio Portugal, um formato de rádio *online* que realizou a cobertura tanto do Europeu de Sub-21 como da totalidade do Mundial de futebol, alcançando mais de 1,4 milhões de ouvintes no decorrer dos seus dois meses de emissões.

A **Rádio Comercial**, que com um crescimento significativo nas audiências do 1º trimestre deste ano, alcançou o segundo lugar na share de audiências de rádio em Portugal manteve uma aposta forte no entretenimento, com um programa da manhã e um apresentador mais conhecidos do grande público e novas rubricas na sua programação. O **Rádio Clube** iniciou um processo de migração para um formato que vai incluir uma maior componente de notícias e informação, tendo mantido as suas audiências estáveis no 1º trimestre, apesar destas alterações. Este novo formato tem o potencial para gerar mais proveitos no futuro, tanto através de novos patrocínios a programas específicos, como através da melhoria no perfil dos ouvintes, mais urbano e com maior poder de compra.

Os **proveitos publicitários** da MCR recuaram 8% face ao mesmo período do ano anterior, com a MCR a acompanhar a tendência do mercado publicitário de Rádio, o qual a Media Capital estima que se tenha continuado a retrair no 2º trimestre de 2006. No entanto, de salientar que esta descida se deve muito em particular a um mês de Junho especialmente fraco para a MCR e para o mercado de rádio (sendo

que a tendência até ao mês de Maio era positiva face ao ano anterior), muito em especial devido ao impacto do Mundial de futebol neste mercado. Este evento, conjugado com a forte prestação da Selecção Portuguesa e com o facto do mesmo surgir a meio do ano, afectou não só a distribuição do investimento publicitário por meio para os principais anunciantes locais (que reforçaram em TV e promoções neste período), como penalizou os meios com menor envolvimento com o Mundial.

Os **custos operacionais** verificaram um aumento de 12%, devido ao aumento dos custos de marketing com a primeira fase das alterações na Rádio Comercial e no Rádio Clube e, ainda que em menor escala, também com custos com os acordos de retransmissão do grupo, na sequência da estratégia de aumento de cobertura geográfica do Rádio Clube e da Cidade FM, com estes últimos a serem compensados com a diminuição dos custos com pessoal.

O **EBITDA consolidado** do segmento de Rádio ficou próximo do *breakeven*, tendo o **EBIT consolidado** do segmento diminuído €1,3 milhões face ao período homólogo do exercício anterior para os € -0,9 milhões neste 1º semestre de 2006.

4. Publicidade exterior

(valores em milhares de €)	S1 06	S1 05	Var %	T2 06	T2 05	Var %
Proveitos Operacionais	8,833	8,527	4%	5,170	5,089	2%
Publicidade	8,586	8,504	1%	5,019	5,070	-1%
Outros proveitos	247	23	965%	151	19	689%
Total de Custos Operacionais	7,828	7,957	-2%	4,167	4,198	-1%
EBITDA	1,005	570	76%	1,003	891	13%
Margem EBITDA	11.4%	6.7%	4.7 pp	19.4%	17.5%	1.9 pp
Amortizações	604	582	4%	308	305	1%
Goodwill	0	0	N/A	0	0	N/A
Resultado Operacional (EBIT)	401	(12)	N/A	696	587	19%

A Media Capital Outdoor (MCO) registou um crescimento dos seus **proveitos publicitários** de 1% face a igual período do ano anterior. O desempenho obtido pela MCO, teve como base os ganhos acumulados verificados tanto na sua rede de publicidade nos transportes públicos (*mupis* no metropolitano e comboio e rede de autocarros), como na sua rede de cartazes, apesar de um 2º trimestre mais fraco.

A MCO irá manter a sua atenção no controlo de custos, nomeadamente através da optimização da rede existente e da selectividade nos investimentos em capacidade de rede adicional. Os **custos operacionais** verificaram uma diminuição de 2% principalmente devido à redução dos custos com o pessoal e à redução de custos com taxas locais, na sequência da optimização da rede de cartazes que ocorreu final de 2005.

O **EBITDA consolidado** da MCO subiu 76% no 1º semestre, um crescimento de €0,4 milhões, evolução suportada tanto pelo ligeiro aumento dos proveitos, como pela esforço de gestão de custos que a empresa está a levar a cabo. O **EBIT consolidado** verificou uma evolução em valor semelhante chegando aos €0,4 milhões neste 1º semestre.

5. Outros

(valores em milhares de €)	S1 06	S1 05	Var %	T2 06	T2 05	Var %
Proveitos Operacionais	13,581	16,600	-18%	6,755	8,247	-18%
Publicidade	2,809	2,649	6%	1,487	1,442	3%
Assinaturas e vendas em banca	3,770	4,584	-18%	1,948	2,202	-12%
Outros proveitos operacionais	7,002	9,367	-25%	3,319	4,603	-28%
Total de Custos Operacionais	17,281	19,132	-10%	8,792	10,031	-12%
EBITDA	(3,701)	(2,532)	-46%	(2,038)	(1,784)	-14%
Amortizações	1,116	1,209	-8%	557	604	-8%
Goodwill	0	0	N/A	0	0	N/A
Resultado Operacional (EBIT)	(4,816)	(3,741)	-29%	(2,595)	(2,388)	-9%

A área de Internet, publicação de revistas, custos centrais da Holding e ajustamentos de consolidação estão incluídos neste segmento.

Os **proveitos publicitários** deste segmento cresceram 6% no 1º semestre, com a nova revista Grazia a compensar as descidas verificadas nos outros principais títulos do grupo.

As **assinaturas e vendas em banca** registaram uma diminuição de 18%, com o lançamento dos novos títulos Grazia e Auto Comércio a não ser suficiente para compensar as quebras na circulação nas principais revistas do grupo, bem como o impacto do encerramento da revista Fotochoque no final de 2005.

Na sua generalidade as vendas em banca voltaram a cair no 2º trimestre de 2006, seguindo uma tendência que tem sido consistente ao longo do último ano. Quase todas as publicações, e em quase todos os segmentos, registaram quebras na sua circulação face a período idêntico em 2005. Apesar do impacto significativo de algumas novas publicações, na sua globalidade os dados de circulação têm registado descidas, reflectindo o abrandamento verificado no consumo privado. Adicionalmente a esta tendência negativa, este mercado sofreu também o impacto da queda nas vendas de produtos associados, tendo as quebras verificadas na circulação afectado ainda a evolução das receitas publicitárias do segmento.

Os **outros proveitos operacionais** diminuíram de 25% devido à **continuada quebra nos utilizadores activos e nos minutos utilizados no Internet Service Provider**, bem como ainda à quebra verificada na venda de produtos associados na revista Lux. A Media Capital iniciou no 1º trimestre uma importante e redobrada aposta no desenvolvimento dos seus conteúdos online, com a renovação, levada a cabo em Março, do design do portal IOL e dos seus principais *sites*: IOL.pt, Portugal Diário, Agência Financeira, etc. Nos meses que conduziram ao Mundial de futebol, o IOL lançou o *site* Maismundial2006, um novo *site* totalmente dedicado à cobertura deste evento e que contribuiu para um número recorde em termos de páginas vistas na rede IOL no final de Junho, tendo sido atingidas quase 3,5 milhões de páginas vistas num só dia.

Os **custos operacionais** verificaram uma quebra de 10%, devido à redução dos custos variáveis na área de Internet, acompanhada pela redução dos custos de marketing e dos custos associados à venda de produtos associados às revistas do Grupo.

O **EBITDA** registou um decréscimo para os €3,7 milhões negativos no 1º semestre de 2006, com o EBIT do segmento a descer para os €4,8 milhões negativos neste mesmo período.

6. Cash flow

(valores em milhares de €)	S1 06	S1 05	Var %	T2 06	T2 05	Var %
Actividades Operacionais:						
Recebimentos	149,341	130,105	15%	84,095	71,633	17%
Pagamentos	(122,059)	(116,867)	4%	(62,347)	(61,642)	1%
Fluxos das actividades operacionais (1)	27,282	13,238	106%	21,748	9,991	118%
Actividades de Investimento:						
Recebimentos	81	66	23%	75	65	16%
Pagamentos	(7,209)	(8,267)	-13%	(4,070)	(3,100)	31%
Fluxos das act. de investimento (2)	(7,128)	(8,200)	13%	(3,995)	(3,036)	-32%
Actividades de Financiamento:						
Recebimentos	264	4,986	-95%	(2,300)	2,451	N/A
Pagamentos	(20,966)	(11,296)	86%	(15,554)	(8,427)	85%
Fluxos das act. de financiamento (3)	(20,703)	(6,310)	-228%	(17,853)	(5,976)	-199%
Var. de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(548)	(1,272)		(101)	979	
Caixa e seus equivalentes no início do período	3,608	5,329		3,160	3,078	
Caixa e seus equivalentes no final do período	3,059	4,057		3,059	4,057	

O **cash flow das actividades operacionais** aumentou 106% no 1º semestre de 2006, alcançando os €27,3 milhões. O crescimento de 15% nos recebimentos operacionais resulta principalmente do crescimento de 6% nos proveitos operacionais e de um maior volume de recebimentos do ano anterior em comparação com o período homólogo, consequência do aumento de actividade no final de 2005 face ao mesmo período do ano anterior e ainda ao adiamento de alguns pagamentos de *rappel*. Os fluxos de pagamentos operacionais registaram uma evolução de 4%, principalmente devido ao aumento de 3% de custos operacionais e à recuperação nos pagamentos a fornecedores de saldos em aberto no final de 2005.

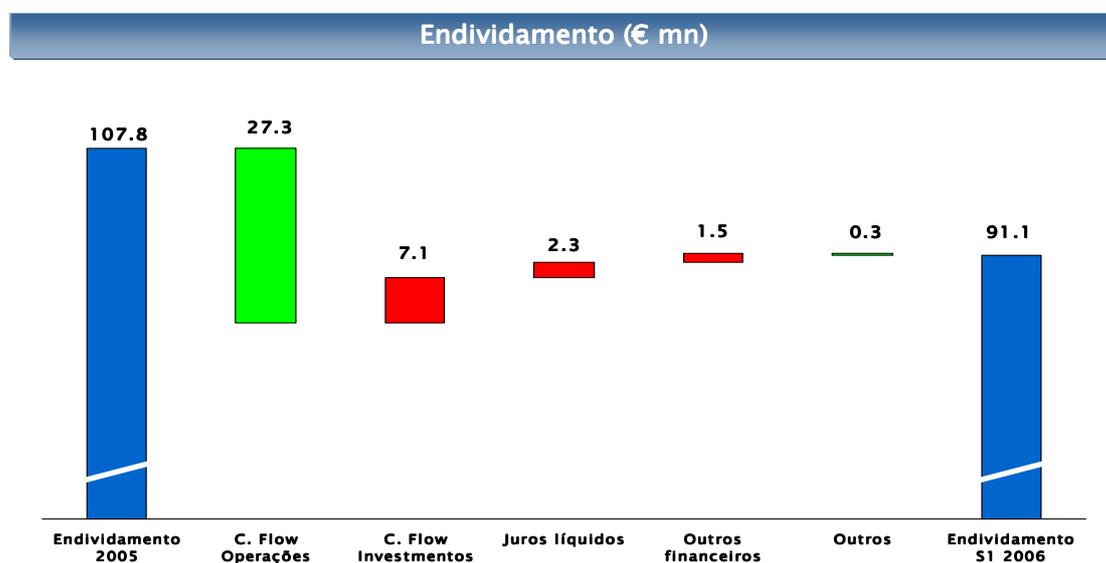
O **cash flow das actividades de investimento** diminuiu para os de €7,1 milhões no 1º semestre de 2006, com os pagamentos das actividades de investimento a incluir €1,1 milhões relativos ao pagamento de investimentos anteriores no projecto de expansão no segmento de Rádios, na aquisição da TCS e em outras aquisições e €5,5 milhões de imobilizado corpóreo (incluindo pagamentos relativos a compras efectuadas no final de 2005), bem como ainda €0,6 milhões de empréstimos a empresas associadas.

O **cash flow das actividades de financiamento** resulta da redução líquida da dívida bancária, no montante de €16,9 milhões, dos juros pagos no valor de €2,6 milhões e €1,5 milhões de outros pagamentos de custos financeiros, incluindo principalmente, *swaps* de taxas de juro e despesas e comissões bancárias.

7. Endividamento

(valores em milhares de €)	Jun-06	Dez 05	Variação	Var %
Total Dívida Grupo	91,120	107,760	(16,640)	-15%
Contrato de empréstimo sindicado	85,858	98,019	(12,161)	-12%
Outro endividamento	5,263	9,741	(4,478)	-46%

O endividamento total do Grupo Media Capital teve uma diminuição de €16,6 milhões no 1º semestre de 2006, diminuição obtida através do cash flow operacional gerado. O endividamento total líquido do grupo era de **€88,1 milhões a 30 de Junho de 2006**, que compararam com €104.2 milhões no final de 2005.



RESULTADOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2006**– CONTAS INDIVIDUAIS –**

As contas individuais foram elaboradas com base nos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (POC) à semelhança das contas do período homólogo do ano transacto.

O resultado líquido apurado no semestre findo em 30 de Junho de 2006 foi de 3.847.863 Euros positivos que compara com um lucro de 989.828 Euros face a igual período de 2005. Esta variação positiva fica a dever-se, em grande parte, ao efeito da equivalência patrimonial sobre a Media Global, que variou positivamente em 2.513.240 Euros, resultado da melhoria da actividade do Grupo.

DISPOSIÇÕES LEGAIS

Acções próprias

Nos termos do art. 66º do Código das Sociedades Comerciais informamos que durante o primeiro semestre de 2006 não foram adquiridas acções próprias, pelo que em 30 de Junho de 2006 não eram detidas quaisquer acções próprias.

Anexo a que se refere o art. 448º do Código das Sociedades Comerciais

Nos termos do artigo supracitado, comunicamos o número de acções detidas, a 30 de Junho de 2006, pelos accionistas que informaram ser titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital:

- Vertex SGPS, S.A. (27.889.349 acções, 33,00% do capital social)
- UFA Film und Fernseh GmbH (27.889.350 acções, 33,00% do capital social)

Lista de Participações Qualificadas (conhecidas a 30 de Junho de 2006)

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea e) do N.º 1 do artigo 9º do Regulamento da CMVM N.º 4/2004, comunicamos a lista de participações qualificadas:

Accionista	Nº de acções detidas	Percentagem do capital social	Percentagem de direitos de voto
Vertex SGPS, SA	27.889.349	33,00%	33,00%

A Vertex SGPS, SA é detida a 100% pela sociedade Promotora de Informaciones, SA. A Promotora de Informaciones, SA é, por sua vez, controlada indirectamente pelo Senhor Jesús de Polanco Gutiérrez que detém o controle directo de duas sociedades, a saber, a Promotora de Publicaciones, SL e a Timon, SA que detém, respectivamente, 44,53% e 18,48% das acções representativas do capital social daquela sociedade.

Accionista	Nº de acções detidas	Percentagem do capital social	Percentagem de direitos de voto
UFA Film – und Fernseh GmbH	27.889.350	33,00%	33,00%

A UFA Film – und Fernseh GmbH é detida em 100% pela sociedade RTL Group Deutschland GmbH, a qual é detida a 100% pela sociedade RTL Group Germany SA, que por sua vez é detida a 100% pela sociedade CLT-UFA SA, a qual é detida a 99,7% pela sociedade RTL Group SA. A sociedade RTL Group SA é detida em 90,4% pela sociedade Bertelsmann TV Beteiligungs GmbH a qual é detida a 100% pela sociedade Bertelsmann AG.

Accionista	Nº de acções detidas	Percentagem do capital social	Percentagem de direitos de voto
Berggruen Holding Ltd.	5.428.203	6,42%	6,42%

Nos termos do artigo 20º nº1 do Código dos Valores Mobiliários a totalidade dos direitos de voto da Berggruen Holding Ltd. são imputáveis ao Senhor Nicolas Berggruen.

Accionista	Nº de acções detidas	Percentagem do capital social	Percentagem de direitos de voto
Titularidade directa	289.000	0,34%	0,34%
Titularidade indirecta através da Courical Holding BV	4.424.120	5,23%	5,23%
Total Eng. Miguel Pais do Amaral	4.713.120	5,58%	5,58%

Accionista	Nº de acções detidas	Percentagem do capital social	Percentagem de direitos de voto
Caixa de Aforros de Vigo, Ourense e Pontevedra	3.566.286	4,22%	4,22%

Accionista	Nº de acções detidas	Percentagem do capital social	Percentagem de direitos de voto
UBS AG	2.857.642	3,38%	3,38%

Accionista	Nº de acções detidas	Percentagem do capital social	Percentagem de direitos de voto
J.P. Morgan Securities Ltd.	1.746.161	2,07%	2,07%
J.P. Morgan Asset Management (UK) Ltd.	62.201	0,07%	0,07%
Total J.P. Morgan Chase & Co.	1.808.362	2,14%	2,14%

Valores mobiliários emitidos pela sociedade e detidos pelos órgãos sociais

Nos termos e para os efeitos do disposto no art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, comunicamos as acções detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, com referência a 30 de Junho de 2006.

Membros do Conselho de Administração

	Acções	Nº Títulos 30-06-06	Movimentos em 2006			
			Aquisições	Alienações	Preço Unitário €	Data
Miguel Maria de Sá Pais do Amaral	GMC	289.000	0	0	-	-
Manuel Polanco Moreno		0	0	0	-	-
Miguel Gil Peral		0	0	0	-	-
Elmar Heggen		0	0	0	-	-
Juan Luis Cebrián Echarri		0	0	0	-	-
Annet Aris		0	0	0	-	-
Jaime Roque de Pinho d' Almeida		0	0	0	-	-

Fiscal Único

	Acções	Nº Títulos 30-06-06	Movimentos em 2006			
			Aquisições	Alienações	Preço Unitário	Data
Deloitte & Associados, SROC		0	0	0	-	-

Queluz de Baixo, 21 de Julho de 2006

O Conselho de Administração:

Miguel Pais do Amaral (Presidente)
 Manuel Polanco Moreno (Vogal)
 Annet Aris (Vogal)
 Elmar Heggen (Vogal)
 Jaime Roque de Pinho D'Almeida (Vogal)
 Juan Luis Cebrián Echarri (Vogal)
 Miguel Gil Peral (Vogal)

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Montantes expressos em Euros)

Activo	Notas	2006		2005		Capital próprio, interesses minoritários e passivo	Notas	2006	2005
		Activo bruto	Amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
IMOBILIZADO:						CAPITAL PRÓPRIO:			
Imobilizações incorpóreas:						Capital			
Despesas de investigação e de desenvolvimento	10	10.204.544	(4.525.882)	5.678.662	6.699.118		35,36,37 e 40	7.606.186	7.606.186
Trespases	10	30.747.745	(5.431.248)	25.316.497	26.327.987		40	91.913.757	92.239.811
		40.952.289	(9.957.130)	30.995.159	33.027.105		40	8.863.910	8.863.910
							40	7.402	7.402
							40	3.847.863	(326.054)
								112.239.118	108.391.255
Imobilizações corpóreas:						Fornecedores, conta corrente			
Equipamento administrativo	10	4.591	(3.549)	1.042	1.260			179.705	323.901
Outras imobilizações corpóreas	10	50.413	(19.873)	30.540	33.061		16	114.293	397.364
		55.004	(23.422)	31.582	34.321			-	1.157
								9.930	24.525
							51	326.970	470.396
								630.898	1.217.343
Investimentos financeiros:						Acréscimos de custos			
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	31.165.460	-	31.165.460	24.783.195		50	103.835	101.889
Empréstimos a empresas do grupo	10 e 16	40.203.681	-	40.203.681	40.203.681				
		71.369.141	-	71.369.141	64.986.876				
CIRCULANTE:									
Dívidas de terceiros - Curto prazo:									
Empresas do grupo	16	9.510.575	-	9.510.575	10.758.160				
Adiantamentos a fornecedores		4.007	-	4.007	4.852				
Estado e outros entes públicos	49	919.439	-	919.439	866.495				
Outros devedores		16.187	-	16.187	2.785				
		10.450.208	-	10.450.208	11.632.292				
Depósitos bancários e caixa:									
Depósitos bancários		118.704		118.704	10.412				
Caixa		63		63	271				
		118.767		118.767	10.683				
AGRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:									
Custos diferidos	50	8.994		8.994	19.210				
Total de amortizações			(9.980.552)			Total do passivo		734.733	1.319.232
Total do activo		122.954.403	(9.980.552)	112.973.851	109.710.487	Total do capital próprio, dos interesses minoritários e do passivo		112.973.851	109.710.487

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2006	2005	PROVEITOS E GANHOS	Notas	2006	2005
Fornecimentos e serviços externos		330.252	623.499	Prestações de serviços		-	-
Custos com o pessoal		89.623	120.438	(B)		-	-
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	2.034.682	2.034.919	Proveitos e ganhos financeiros	45	6.382.390	3.869.025
Impostos	10	10	58	(D)		6.382.390	3.869.025
Outros custos operacionais		300	-	Proveitos e ganhos extraordinários		852	-
(A)		2.454.867	2.778.914				
Custos e perdas financeiros	45	79.884	95.305				
(C)		2.534.751	2.874.219				
Custos e perdas extraordinários		22	-				
(E)		2.534.773	2.874.219				
Imposto sobre o rendimento do semestre	6	606	4.978				
(G)		2.535.379	2.879.197				
Resultado líquido do semestre		3.847.863	989.828				
		6.383.242	3.869.025	(F)		6.383.242	3.869.025
				Resultados operacionais:	(B) - (A)	(2.454.867)	(2.778.914)
				Resultados financeiros:	(D-B) - (C-A)	6.302.506	3.773.720
				Resultados correntes:	(D) - (C)	3.847.639	994.806
				Resultados antes de impostos:	(F) - (E)	3.848.469	994.806
				Resultado líquido do semestre:	(F) - (G)	3.847.863	989.828

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas para o semestre findo em 30 de Junho de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		32.245	110.979
Pagamentos a fornecedores		(507.783)	(471.057)
Pagamentos ao pessoal		(97.229)	(117.596)
Fluxos gerados pelas operações		<u>(572.767)</u>	<u>(477.674)</u>
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		(3.559)	(8.606)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u><u>(576.326)</u></u>	<u><u>(486.280)</u></u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos de empresas do grupo		771.956	309.467
Capital e prémios de emissão de acções	40	-	359.550
Juros e proveitos similares		103.905	-
		<u>875.861</u>	<u>669.017</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Outras despesas financeiras		(191.451)	(191.133)
		<u>(191.451)</u>	<u>(191.133)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u><u>684.410</u></u>	<u><u>477.884</u></u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		108.084	(8.396)
Caixa e seus equivalentes no início do período		10.683	18.714
Caixa e seus equivalentes no fim do período		118.767	10.318

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de Junho de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 e 2005

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Custo das prestações de serviços		<u>(422.092)</u>	<u>(746.969)</u>
Resultados brutos		<u>(422.092)</u>	<u>(746.969)</u>
Outros custos e perdas operacionais		<u>(1.020.456)</u>	<u>(1.020.456)</u>
Resultados operacionais		<u>(1.442.548)</u>	<u>(1.767.425)</u>
Custo líquido de financiamento	45	(79.759)	(95.305)
Ganhos em empresas do grupo	45	6.382.265	3.869.025
Perdas em empresas do grupo		<u>(1.011.489)</u>	<u>(1.011.489)</u>
Resultados correntes		3.848.469	994.806
Imposto sobre os resultados correntes	6	<u>(606)</u>	<u>(4.978)</u>
Resultados líquidos do semestre		<u><u>3.847.863</u></u>	<u><u>989.828</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o semestre findo em 30 de Junho de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOTA INTRODUTÓRIA

GRUPO MÉDIA CAPITAL, SGPS, S.A. (“Empresa”), constituiu-se em 1992, tendo como actividade principal a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividade económica.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, segundo o qual os activos devem ser realizados e os passivos liquidados no decurso normal das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para publicação nos termos da legislação em vigor. Os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa irá preparar nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão registadas ao custo e compreendem despesas de investigação e de desenvolvimento e trespasses. Estas imobilizações são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de cinco anos, excepto os trespasses, que correspondem ao goodwill gerado na aquisição de uma participação no capital da Meglo – Media Global, SGPS, S.A. (“Media Global”). Estes referem-se à diferença entre o custo de aquisição daquela participada e o valor proporcional da participação nos respectivos capitais próprios reportados à data de aquisição, estando a ser amortizados pelo período médio estimado de recuperação dos investimentos, actualmente estimado em quinze anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas a partir do ano de entrada em funcionamento ou início da utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas, as quais se encontram dentro dos limites máximos permitidos pela legislação fiscal portuguesa:

Equipamento administrativo	4
Outras imobilizações corpóreas	10

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método. Estas diferenças, foram registadas no imobilizado incorpóreo na rubrica de “Trespases”, quando positivas, sendo amortizadas conforme descrito na Nota 3.a).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, o valor das participações financeiras é periodicamente ajustado pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas empresas por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros do período. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos.

Os empréstimos a empresas do grupo encontram-se registados ao valor nominal.

d) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 50).

e) Impostos diferidos

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da utilização dos prejuízos fiscais reportáveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias. Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre lucros em sede de IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, à taxa normal de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 10%, resultando uma taxa de imposto agregada de 27,5%.

As despesas de representação e os encargos com viaturas ligeiras de passageiros são tributados autonomamente à taxa de 5%, independentemente da existência de prejuízos fiscais. São ainda tributados à taxa de 5% os encargos com ajudas de custo e com compensação pela deslocação em viatura própria dos empregados, não facturados a clientes ou que tenham sido tributados em sede de IRS, quando as empresas apresentem prejuízos no exercício.

Face à sua natureza jurídica e objecto social a Empresa encontra-se abrangida pela legislação fiscal que rege as sociedades gestoras de participações sociais. De acordo com esta legislação, os dividendos recebidos das empresas participadas e os ganhos decorrentes da alienação de participações financeiras não são tributados e os ganhos e perdas em empresas participadas resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial não são relevantes para efeitos fiscais.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e dez anos para a Segurança Social, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2002 a 2005 inclusive poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração considera que dessas revisões não surgirão correcções à matéria colectável declarada, que tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras.

(a) Reconciliação da taxa de imposto

Resultado antes de impostos	3.848.469
Taxa nominal de imposto	27,5%
	<hr/>
Imposto estimado	1.058.329
Diferenças permanentes (i)	(1.472.510)
Ajustamentos à colecta (ii)	606
Imposto diferido activo não realizável (iii)	414.181
	<hr/>
Imposto sobre o rendimento do semestre	<u>606</u>

(i) No semestre findo em 30 de Junho de 2006, este montante tinha a seguinte composição:

Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 45)	(6.382.265)
Amortizações não aceites fiscalmente (Nota 10)	1.011.489
Outras situações, líquidas	16.193
	<u>(5.354.583)</u>
Taxa nominal de imposto	27,5%
	<u><u>(1.472.510)</u></u>

(ii) Este montante representa a parcela de impostos relativo à tributação autónoma de certas despesas.

(iii) Este montante corresponde à parcela dos prejuízos fiscais reportáveis gerados no semestre findo em 30 de Junho de 2006 para os quais, no entendimento do Conselho de Administração, não são esperados resultados fiscais futuros que os compensem.

(b) Diferenças temporárias – movimento nos impostos diferidos

	Saldos iniciais	Constituição/ (Reversão)	Saldos finais
Prejuízos fiscais reportáveis	2.363.945	414.181	2.778.126
Estimativa de prejuízos fiscais não utilizáveis	(2.363.945)	(414.181)	(2.778.126)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, o número médio de pessoal foi de 3 empregados, respectivamente.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2006, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	Activo bruto		
	Saldos iniciais	Aumentos / Diminuições	Saldos finais
Imobilizações incorpóreas:			
Despesas de investigação e de desenvolvimento	10.204.544	-	10.204.544
Trespases	30.747.745	-	30.747.745
	<u>40.952.289</u>	<u>-</u>	<u>40.952.289</u>
Imobilizações corpóreas:			
Equipamento administrativo	4.591	-	4.591
Outras imobilizações corpóreas	50.413	-	50.413
	<u>55.004</u>	<u>-</u>	<u>55.004</u>
Investimentos financeiros:			
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 16) (a)	24.783.195	6.382.265	31.165.460
Empréstimos a empresas do grupo (Nota 16) (a)	40.203.681	-	40.203.681
	<u>64.986.876</u>	<u>6.382.265</u>	<u>71.369.141</u>

GRUPO MÉDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2006
(Montantes expressos em Euros)

	Amortizações acumuladas		
	Saldos iniciais	Aumentos	Saldos finais
Imobilizações incorpóreas:			
Despesas de investigação e de desenvolvimento	3.505.426	1.020.456	4.525.882
Trespases	4.419.759	1.011.489	5.431.248
	<u>7.925.185</u>	<u>2.031.945</u>	<u>9.957.130</u>
Imobilizações corpóreas:			
Equipamento administrativo	3.332	217	3.549
Outras imobilizações corpóreas	17.352	2.521	19.873
	<u>20.684</u>	<u>2.738</u>	<u>23.422</u>

16. EMPRESAS DO GRUPO

a) Partes de capital em empresas do grupo

Em 30 de Junho de 2006, a principal informação financeira relativa a empresas do grupo, era como segue:

	Sede	Activo líquido	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido (Nota 45)	Participação efectiva	Partes de capital em empresas do grupo (Nota 10)	Empréstimos de financiamento (Nota 10)
Meglo - Media Global SGPS, S.A.	Oeiras	422.719.814	71.369.141	19.265.514	6.382.265	100%	31.165.460	40.203.681

Os empréstimos de financiamento, referem-se a prestações acessórias que não vencem juros e só poderão ser reembolsadas em conformidade com a legislação em vigor. O reembolso deverá ter o acordo dos accionistas e só será possível se após este, os capitais próprios da participada forem superiores à soma do capital com a reserva legal e prémio de emissão de acções.

b) Saldos e transacções com empresas do grupo

Os saldos em 30 de Junho de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005, com empresas do grupo, são os seguintes:

	30 Junho 2006	
	Empresas do grupo	
	Contas a receber	Contas a pagar
Meglo - Media Global, SGPS, S.A. ("Media Global")	9.000.195	7.578
Kimberley Trading, S.A. (Nota 51)	293.186	-
TVI - Televisão Independente, S.A.	-	44.387
Media Capital - Editora Multimédia, S.A.	104.742	20.000
Radio Comercial, S.A.	-	25.086
Radio Regional de Lisboa, S.A.	49.415	-
MEDIA CAPITAL OUTDOOR - Publicidade, SA.	55.172	17.138
Media Capital - Serviços de Consultoria e Gestão, S.A.	-	104
Edições Expansão Económica, Lda	2.420	-
Expolider - Feiras, Exposições e Congressos, S.A.	2.420	-
Cena Editorial - Edição de Publicações Periódicas, S.A.	3.025	-
	<u>9.510.575</u>	<u>114.293</u>

A conta a receber da Media Global refere-se a um empréstimo concedido a esta participada com o objecto de financiar as suas operações correntes. Em 30 de Junho de 2006 este empréstimo não vence juros e não tinha data de reembolso definido.

GRUPO MÉDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2006
(Montantes expressos em Euros)

	31 Dezembro 2005	
	Empresas do grupo	
	Contas a receber	Contas a pagar
Meglo - Media Global, SGPS, S.A. ("Media Global")	10.096.493	7.378
Kimberley Trading, S.A. (Nota 51)	436.608	-
TVI - Televisão Independente, S.A.	-	44.387
Media Capital - Editora Multimédia, S.A.	104.742	20.000
Radio Comercial, S.A.	-	25.086
Radio Regional de Lisboa, S.A.	49.415	-
MEDIA CAPITAL OUTDOOR - Publicidade, SA.	55.172	17.138
Media Capital - Serviços de Consultoria e Gestão, S.A.	-	283.281
Edições Expansão Económica, Lda	2.420	-
Expolider – Feiras, Exposições e Congressos, S.A.	2.420	-
Cena Editorial – Edição de Publicações Periódicas, S.A.	3.025	-
Expansão Económica -Eventos, Comércio e Projectos Especiais Audiovisuais, Lda	1.815	-
MCE - Media Capital Edições, Lda	6.050	-
Med Cap Technologies, S.A.	-	94
	<u>10.758.160</u>	<u>397.364</u>

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de Junho de 2006, decorrente do contrato de crédito, com carácter de médio e longo prazo, celebrado entre a participada Media Global e o sindicato bancário liderado pelos bancos JP Morgan Plc e BNP Paribas, foram prestadas garantias reais, bem como promessas de penhor sobre o capital das empresas participadas detidas directa e indirectamente. Foram ainda constituídas promessas de penhor sobre participações do capital das participadas da Media Global. Adicionalmente, foram constituídos penhores sobre licenças, contas bancárias e diversos activos existentes e a adquirir no futuro das empresas participadas da Media Global.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 30 de Junho de 2006, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 84.513.180 acções com o valor nominal de nove cêntimos cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

Em 30 de Junho de 2006, os seguintes accionistas detinham mais de 20% do capital:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Percentagem</u>
UFA Film (Bertelsmann/RTL Group)	2.510.042	33,00
Vértix, SGPS, S.A. (Grupo PRISA)	2.510.041	33,00

40. VARIAÇÃO DAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nos saldos das rubricas de capital próprio durante o semestre findo em 30 de Junho de 2006, foi como segue:

	Saldos iniciais	Aumento	Aplicação de resultados	Saldos finais
Capital (Nota 35)	7.606.186	-	-	7.606.186
Prémios de emissão de acções	92.239.811	-	(326.054)	91.913.757
Diferenças de consolidação	8.863.910	-	-	8.863.910
Reserva legal	7.402	-	-	7.402
Resultado líquido do exercício	(326.054)	3.847.863	326.054	3.847.863
	<u>108.391.255</u>	<u>3.847.863</u>	<u>-</u>	<u>112.239.118</u>

Prémios de emissão de acções: Os prémios de emissão de acções resultam de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor aplicável às sociedades emittentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados sujeitos à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para aquisição de acções próprias. A redução efectuada em 2006 resultou da decisão tomada em Assembleia Geral de cobertura do prejuízo de 2005 através desta rubrica da Situação Líquida.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Aplicação de resultados: Conforme aprovado em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 20 de Março de 2006, o resultado líquido do exercício de 2005 foi transferido para "Resultados transitados". Na mesma Assembleia Geral foi deliberada a cobertura dos resultados transitados negativos, através da utilização de valores registados em prémios de emissão de acções.

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Outros custos e perdas financeiros	79.884	95.305
Resultados financeiros	6.302.506	3.773.720
	-----	-----
	6.382.390	3.869.025
	=====	=====
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Juros obtidos	125	-
Ganhos em empresas do grupo (Notas 10 e 16)	6.382.265	3.869.025
	-----	-----
	6.382.390	3.869.025
	=====	=====

49. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, os saldos com estas entidades têm a seguinte composição:

	<u>30 Junho 2006</u>	
	<u>Saldos</u> <u>devedores</u>	<u>Saldos</u> <u>credores</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Nota 6)	7.926	4.571
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	4.722
Imposto sobre o Valor Acrescentado	911.513	-
Contribuições para a Segurança Social	-	637
	-----	-----
	919.439	9.930
	=====	=====

	<u>31 Dezembro 05</u>	
	<u>Saldos</u> <u>devedores</u>	<u>Saldos</u> <u>credores</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	7.268	4.817
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	18.434
Imposto sobre o Valor Acrescentado	859.227	-
Contribuições para a Segurança Social	-	1.274
	-----	-----
	866.495	24.525
	=====	=====

50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, os saldos destas rubricas eram como segue:

	<u>30 Junho 06</u>	<u>31 Dezembro 05</u>
<u>Custos diferidos:</u>		
Seguros	8.598	17.081
Outros	396	2.129
	-----	-----
	8.994	19.210
	=====	=====
<u>Acréscimos de custos:</u>		
Despesas financeiras	45.452	64.916
Fornecedores e serviços externos	34.655	-
Remunerações a liquidar	10.741	13.159
Outros	12.987	23.814
	-----	-----
	103.835	101.889
	=====	=====

51. OUTROS CREDORES

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, o saldo desta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

	<u>30.06.2005</u>	<u>31.12.2005</u>
Cofina, SGPS, S.A. (a)	293.186	436.608
Outros	33.784	33.788
	-----	-----
	326.970	470.396
	=====	=====

(a) Esta rubrica compreende um montante em dívida referente à aquisição de 4,64% do capital da TVI – Televisão Independente, S.A., que foi posteriormente alienada à Kimberley Trading, S.A. (Nota 16).

52. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Durante o exercício de 2004, a Empresa contratou com uma instituição financeira, um *equity swap* sobre acções próprias. Aquele instrumento financeiro prevê que sejam adquiridas acções próprias até ao valor máximo de 10.000.000 Euros. Em 30 de Junho de 2006, aquela instituição financeira tinha adquirido 1.313.386 acções da Empresa (1.566.586 em 31 de Dezembro de 2005). Àquela data o valor de mercado deste instrumento financeiro era positivo e ascendia a 1.580.988 Euros (1.785.894 Euros em 31 de Dezembro de 2005).

53. PLANO DE INCENTIVOS

O Conselho de Administração aprovou no exercício de 2004, um plano de incentivos para alguns empregados do Grupo Media Capital. Este plano é constituído por opções de compra de acções da Empresa representativas de uma percentagem até 5% do seu capital, distribuídos por um período de quatro anos e com início em 2004. A atribuição e exercício destas opções de compra de acções, depende do cumprimento de determinadas metas quantitativas (performance financeira da Empresa) e qualitativas (relativas aos empregados abrangidos pelo plano).

No âmbito deste plano de incentivos, no primeiro semestre de 2005, o Conselho de Administração atribuiu aos empregados o direito de aquisição ou subscrição de 803.200 acções, a um preço de exercício de 5,40 Euros. Estas opções tinham como justo valor, à data da atribuição do direito, 1.294.514 Euros. Este valor foi calculado por terceiras entidades com base no modelo *Black Scholes*.

Durante o primeiro semestre de 2006, o Conselho de Administração ainda não procedeu a qualquer atribuição de direitos de aquisição ou subscrição de acções relativo ao exercício de 2006. Contudo, a Empresa efectuou uma estimativa do justo valor desta atribuição, atenta a experiências passadas. O valor da estimativa ascendeu a 250.000 Euros, correspondentes ao primeiro semestre de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>PROVEITOS OPERACIONAIS:</u>			
Vendas	9	12.157.243	13.558.286
Prestações de serviços	9	97.798.137	92.904.159
Outros proveitos operacionais	9	<u>6.965.830</u>	<u>4.168.159</u>
Total de proveitos operacionais		<u>116.921.210</u>	<u>110.630.604</u>
<u>CUSTOS OPERACIONAIS:</u>			
Custo dos programas emitidos e das mercadorias vendidas		(19.391.405)	(17.676.348)
Fornecimentos e serviços externos		(44.309.514)	(43.921.132)
Custos com pessoal		(25.237.094)	(24.080.711)
Amortizações		(5.697.918)	(5.663.108)
Provisões e perdas de imparidade		(285.969)	(194.001)
Outros custos operacionais		<u>(1.742.197)</u>	<u>(2.058.810)</u>
Total de custos operacionais		<u>(96.664.097)</u>	<u>(93.594.110)</u>
Resultados operacionais		<u>20.257.113</u>	<u>17.036.494</u>
<u>RESULTADOS FINANCEIROS:</u>			
Custos financeiros líquidos	10	(3.535.015)	(3.803.037)
Ganhos e perdas em empresas associadas	13	<u>(957.550)</u>	<u>(506.770)</u>
Resultados antes de impostos		<u>(4.492.565)</u>	<u>(4.309.807)</u>
Resultados antes de impostos		<u>15.764.548</u>	<u>12.726.687</u>
Imposto sobre o rendimento do semestre	11	(5.530.359)	(4.229.835)
Resultado consolidado líquido do semestre		<u>10.234.189</u>	<u>8.496.852</u>
Atribuível a:			
Accionistas da empresa-mãe		10.023.968	8.746.649
Interesses minoritários	16	<u>210.221</u>	<u>(249.797)</u>
Resultado por acção			
Básico	12	0,1211	0,1027
Diluído	12	<u>0,1200</u>	<u>0,0993</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas para os semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 30 de Junho de 2005.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Montantes expressos em Euros)

<u>ACTIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Goodwill		174.373.452	174.373.452
Activos intangíveis		12.067.761	12.930.039
Activos tangíveis		34.165.261	34.726.252
Investimentos em associadas	13	280.114	574.772
Direitos de transmissão de programas televisão		41.547.746	47.718.698
Outros activos não correntes		2.444.570	2.544.587
Impostos diferidos activos	11	8.493.595	13.691.283
		<u>273.372.499</u>	<u>286.559.083</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Direitos de transmissão de programas televisão		4.129.798	-
Existências		1.564.482	1.990.274
Clientes e contas a receber		33.338.394	42.241.092
Outros activos correntes		17.984.553	14.212.896
Caixa e seus equivalentes	14	3.059.366	3.607.670
Instrumentos financeiros derivados	19	1.580.988	1.785.894
		<u>61.657.581</u>	<u>63.837.826</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u>335.030.080</u>	<u>350.396.909</u>
<u>CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO</u>			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	15	7.606.186	7.606.186
Prémio de emissão de acções	15	81.709.213	82.035.267
Reservas	15	10.852.325	10.602.325
Resultados transitados	15	28.593.409	15.254.220
Resultado líquido do período	15	10.023.968	13.013.135
Capital próprio atribuível aos accionistas maioritários		<u>138.785.101</u>	<u>128.511.133</u>
Capital atribuível a interesses minoritários	16	3.064.930	2.857.764
Total do capital próprio		<u>141.850.031</u>	<u>131.368.897</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos	17	71.870.252	83.889.674
Provisões		6.173.778	7.019.248
Outros passivos não correntes	18	3.311.010	6.389.385
Instrumentos financeiros derivados	19	596.922	1.102.395
Impostos diferidos passivos	11	1.106.915	1.277.335
		<u>83.058.877</u>	<u>99.678.037</u>
PASSIVO CORRENTE			
Empréstimos	17	17.857.612	21.884.723
Fornecedores e contas a pagar		64.341.261	68.112.201
Outros passivos correntes		27.922.299	29.353.051
		<u>110.121.172</u>	<u>119.349.975</u>
Total do passivo		<u>193.180.049</u>	<u>219.028.012</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>335.030.080</u>	<u>350.396.909</u>

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>		
Recebimentos de clientes	149.340.549	130.105.236
Pagamentos a fornecedores	(70.448.650)	(70.328.753)
Pagamentos ao pessoal	(26.259.682)	(23.974.560)
Fluxos gerados pelas operações	52.632.217	35.801.923
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	(25.350.180)	(22.563.573)
Fluxos das actividades operacionais (1)	<u>27.282.037</u>	<u>13.238.350</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Vendas de activos tangíveis	28.384	66.213
Dividendos	52.800	-
	<u>81.184</u>	<u>66.213</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Aquisição de investimentos financeiros	(1.137.222)	(2.481.503)
Aquisição de activos tangíveis	(5.486.428)	(4.671.585)
Aquisição de activos intangíveis	-	(794.168)
Empréstimos concedidos a empresas participadas	(585.256)	(319.444)
	<u>(7.208.906)</u>	<u>(8.266.700)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)	<u>(7.127.722)</u>	<u>(8.200.487)</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>		
Recebimentos respeitantes a:		
Empréstimos	-	4.500.000
Aumento de capital e prestações suplementares	-	375.300
Juros e proveitos similares	263.810	110.772
	<u>263.810</u>	<u>4.986.072</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(16.877.805)	(7.078.608)
Juros e custos similares	(2.597.945)	(2.614.245)
Outras despesas financeiras	(1.490.679)	(1.602.757)
	<u>(20.966.429)</u>	<u>(11.295.610)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)	<u>(20.702.619)</u>	<u>(6.309.538)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(548.304)	(1.271.675)
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.607.670	5.328.709
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.059.366	4.057.034

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para os semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 30 de Junho de 2005.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Montantes expressos em Euros)

	Capital próprio atribuível aos accionistas maioritários					Capital próprio atribuível a interesses minoritários	Total do capital próprio	
	Capital	Prémio de emissão de acções	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido			Total
Saldo em 31.12.2004	7.448.833	187.724.062	9.307.811	(104.627.336)	9.451.897	109.305.267	3.174.098	112.479.365
Aumento de capital (Nota 15)	63.450	296.099	-	-	-	359.549	-	359.549
Transferências (Nota 15)	-	(110.429.659)	-	110.429.659	-	-	-	-
Aplicação de resultados (Nota 15)	-	-	-	9.451.897	(9.451.897)	-	-	-
Alteração de perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	96.137	96.137
Valor de mercado das opções de compra de acções (Nota 23)	-	-	851.734	(24.000)	-	827.734	-	827.734
Resultado consolidado líquido do semestre	-	-	-	-	8.746.649	8.746.649	(249.797)	8.496.852
Saldo em 30.06.2005	7.512.283	77.590.502	10.159.545	15.230.220	8.746.649	119.239.199	3.020.438	122.259.637
Aumento de capital (Nota 15)	93.903	4.444.765	-	-	-	4.538.668	-	4.538.668
Alteração de perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	31.888	31.888
Valor de mercado das opções de compra de acções (Nota 23)	-	-	442.780	24.000	-	466.780	(171.358)	295.422
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	-	-	4.266.486	4.266.486	(23.204)	4.243.282
Saldo em 31.12.2005	7.606.186	82.035.267	10.602.325	15.254.220	13.013.135	128.511.133	2.857.764	131.368.897
Aplicação de resultados (Nota 15)	-	(326.054)	-	13.339.189	(13.013.135)	-	-	-
Valor de mercado das opções de compra de acções (Nota 23)	-	-	250.000	-	-	250.000	(3.055)	246.945
Resultado consolidado líquido do semestre	-	-	-	-	10.023.968	10.023.968	210.221	10.234.189
Saldo em 30.06.2006	7.606.186	81.709.213	10.852.325	28.593.409	10.023.968	138.785.101	3.064.930	141.850.031

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio para os semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOTA INTRODUTÓRIA

O GRUPO MÉDIA CAPITAL, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Media Capital”), foi constituído em 1992 e, através das suas empresas participadas e associadas (“Grupo” ou “Grupo Media Capital”), desenvolve as actividades de difusão e produção de programas televisivos e outras actividades de media, de edição, produção e distribuição multimédia de revistas e concepção, realização, produção e difusão de programas radiofónicos.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 21 de Julho de 2006.

As acções da Media Capital encontram-se cotadas na Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.

O Grupo opera essencialmente no sector de media em Portugal, estando presente nos negócios de televisão, rádio, imprensa, *outdoor* e Internet. Encontra-se também presente em negócios que têm sinergias com os media, como a produção de conteúdos de televisão, a edição discográfica, a distribuição de direitos cinematográficos, a realização de eventos, a organização de feiras e exposições empresariais.

A actividade de difusão de programas televisivos é efectuada pela TVI – Televisão Independente, S.A. (“TVI”), no âmbito da licença de exploração da actividade de televisão. A produção de parte dos conteúdos televisivos difundidos pela TVI, é assegurada pelo Grupo NBP, encabeçado pela NBP – Produção em Vídeo, S.A. (“NBP”) e incluindo a Fealmar – Empresa Teatro Estúdio de Lisboa, S.A. (“FEALMAR”).

A MCR – Sociedade Unipessoal, S.A. (“MCR”) é a *sub-holding* do Grupo para a actividade radiofónica e detém as empresas Rádio Comercial, S.A. (“COMERCIAL”), R. Cidade, S.A. (“CIDADE”), Rádio Regional de Lisboa, S.A. (“REGIONAL”) e Rádio XXI, Lda. (“RADIO XXI”), detentoras dos alvarás para o exercício de radiodifusão sonora.

A Media Capital Outdoor – Publicidade, S.A. (“MC OUTDOOR”) é a *sub-holding* para a publicidade exterior, dispondo as empresas participadas de mais de 14 mil posições em todos os segmentos de mercado: publicidade em transportes, mobiliário urbano e posições fixas. Detém, adicionalmente, a exploração de ecrãs televisivos nas estações do Metro de Lisboa, sob a marca MCO TV.

A Media Capital Edições, S.A. (“MCE”) desenvolve a actividade de publicação e distribuição de revistas no mercado.

A Media Capital – Editora Multimédia, S.A. (“MULTIMÉDIA”) e a Media Capital Telecomunicações, S.A. (“MCT”) são as empresas que actuam no segmento da Internet, suportadas pelo portal www.iol.pt.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Media Capital foram elaboradas de acordo as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), tal como adoptadas pela União Europeia, e com as interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”). Estas demonstrações financeiras consolidadas, por serem demonstrações financeiras intercalares são apresentadas de acordo com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

2.2 Princípios de consolidação

Os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo são os seguintes:

a) Empresas controladas

As participações financeiras em empresas controladas, isto é, nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica “Interesses minoritários”. As empresas incluídas na consolidação encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos accionistas minoritários excedem o respectivo interesse no capital próprio da empresa controlada, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a empresa subsidiária, subsequentemente, reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos, passivos e passivos contingentes de empresas controladas são identificados ao seu justo valor na data de aquisição, para as aquisições efectuadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos líquidos adquiridos é reconhecido como *goodwill* (Nota 2.3.). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como resultado do período. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição, ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

b) Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (aquelas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém o seu controlo individual ou conjuntamente – geralmente investimentos representando entre os 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de ganhos e perdas financeiros, e por outras variações ocorridas nos activos e passivos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas de imparidade.

As perdas em empresas associadas em excesso do investimento nelas efectuado, não são reconhecidas, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada, ou para com os seus credores.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis da empresa associada na data de aquisição, é reconhecido como *goodwill* e registado como valor de investimento financeiro em associadas. Caso o justo valor dos activos líquidos identificáveis seja superior ao custo de aquisição a diferença é registada como proveito do período.

É feita uma avaliação periódica dos investimentos em empresas associadas no sentido de verificar se existem perdas por imparidade. Estas são registadas como custo do período em que ocorrem.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 5.

c) Investimentos financeiros em outras empresas

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas participadas em menos de 20% foram valorizados ao custo de aquisição, ou pelo seu valor estimado de realização.

2.3 Goodwill

O *goodwill* representa o excesso de custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma empresa controlada, na respectiva data de aquisição, em conformidade com o estabelecido no IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais. Decorrente da excepção prevista no IFRS 1, o Grupo aplicou as disposições do IFRS 3 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de Janeiro de 2004. Os valores de *goodwill* correspondentes a aquisições anteriores a esta data foram mantidos, ao invés de serem recalculados de acordo com o IFRS 3, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade desde aquela data.

De acordo com o IFRS 3, o *goodwill* não está sujeito a amortização, sendo as perdas de imparidade registadas na demonstração de resultados do período na rubrica de “Provisões e perdas por imparidade”. Estas perdas de imparidade não podem ser revertidas.

Para efeitos da análise de imparidade, o *goodwill* é alocado às unidades geradoras de caixa do Grupo, para as quais seja expectável existirem benefícios com as sinergias criadas com a aquisição dos investimentos. A análise de imparidade é efectuada anualmente, ou antes, caso se verifique a necessidade, para cada unidade geradora de caixa. Caso o valor recuperável da unidade geradora de caixa seja inferior ao seu valor contabilístico, a diferença é alocada primeiro ao *goodwill*, e depois é alocado ao valor contabilístico dos activos da unidade, proporcionalmente ao valor de cada activo afecto àquela unidade.

Na alienação de uma empresa controlada ou associada, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos valia.

2.4 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas, se aplicável. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa definir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, em que esses activos intangíveis geram benefícios económicos futuros.

2.5 Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e de perdas de imparidade acumuladas, se aplicável.

Considera-se como custo de aquisição, o preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, estimativa dos custos de desmantelamento, remoção dos activos e requalificação do local.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao custo do activo respectivo, por contrapartida de resultados do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. Os custos de valor significativo incorridos com renovações ou melhorias dos activos tangíveis, são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao activo, e quando possam ser mensurados de uma forma fiável.

Os activos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

A partir do momento que determinados bens tangíveis passam a ser detidos para venda, cessa a respectiva amortização, e passam a ser classificados como activos não correntes disponíveis para venda. Os ganhos e perdas nas alienações de activos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o valor ao

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em Euros)

qual estão registados, são registados em resultados nas rubricas “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

Os activos tangíveis são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos. A amortização destes activos, deduzidos do seu valor residual, é realizada de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos activos, definida em função da utilidade esperada.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	6 - 15
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	3 - 10
Equipamento administrativo	3 - 10
Outras imobilizações corpóreas	3 - 10

2.6 Leasing

a) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos segundo contratos de locação são registados como *leasing* financeiro, caso sejam transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. Os activos são registados ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do valor de mercado do activo na data do contrato, por contrapartida da correspondente responsabilidade, registada em empréstimos, no passivo. Os activos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades e os juros são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados no período em que são devidos.

b) Locação operacional

Quando um contrato de locação é classificado como locação operacional, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados, numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.7 Direitos de transmissão de programas de televisão

Os direitos de transmissão de programas correspondem essencialmente a contratos ou acordos celebrados com terceiros para exibição de filmes, séries e outros programas de televisão e incluem direitos adquiridos e custos incorridos com produção de programas. O custo de programas é registado na demonstração de resultados no momento em que os mesmos são exibidos, tendo em consideração o número de exibições estimado e os benefícios estimados de cada exibição.

Estes activos são sujeitos a revisões anuais de imparidade, sempre que ocorram alterações ou situações que indiquem que o valor contabilístico é superior ao valor de realização, registando-se as respectivas perdas de imparidade.

Os direitos adquiridos a terceiros para a transmissão de programas são registados como activos ao custo de aquisição, a partir do momento em que o Grupo passe a controlar estes direitos e tenha assumido os riscos e benefícios associados aos respectivos conteúdos.

2.8 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (ou operações descontinuadas), sempre que existam, são classificados como detidos para venda e são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido de custos com a venda.

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda se o seu valor contabilístico for recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata nas condições presentes e o Grupo tenha assumido o compromisso de vender. Adicionalmente, a venda deverá ser expectável que ocorra no prazo de doze meses, após a data de classificação nesta

rubrica. Durante o semestre findo em Junho de 2006 e em 2005 o Grupo não teve operações em descontinuação.

2.9 Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações, ou ainda que são detidos com a intenção de transacção, são classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes. Todos os restantes activos e passivos são considerados como não correntes.

2.10 Instrumentos financeiros

2.10.1 Existências

As existências encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio. A diferença entre o custo e o valor de realização das existências, no caso deste último ser inferior ao primeiro, é considerada como uma perda de imparidade.

2.10.2 Clientes, contas a receber e outros activos correntes

As contas a receber e outros activos correntes são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal e são apresentados deduzidos de eventuais perdas por imparidade. A perda por imparidade destes activos é registada quando existe evidência objectiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros. O montante da perda corresponde à diferença entre a quantia registada e o valor recuperável, sendo este o valor presente dos "cash-flows" esperados, descontados à taxa efectiva. O valor da perda é reconhecido na demonstração de resultados do período.

2.10.3 Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, com vencimento inferior a três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Empréstimos", no balanço.

2.10.4 Fornecedores, contas a pagar e outros passivos correntes

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros a pagar no futuro.

2.10.5 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, líquido dos custos de transacção incorridos. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo que, qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração de resultados durante o período dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que exista o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data do balanço.

2.10.6 Instrumentos financeiros derivados

O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, essencialmente decorrentes de variações de taxa de juro.

O recurso à contratação de instrumentos financeiros derivados obedece às políticas internas definidas pelo Conselho de Administração, não sendo política a contratação de instrumentos com objectivos especulativos.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor e classificados no balanço como detidos para negociação, sendo as variações no justo valor registadas na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

2.11 Rédito e especialização dos exercícios

As vendas referem-se principalmente à venda de CD's, revistas e produtos associados a estas e são reconhecidas na demonstração de resultados, quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos é razoavelmente quantificado. As devoluções de CD's, revistas e outros produtos não vendidos, são registadas como uma redução das vendas, no período a que dizem respeito. Os proveitos resultantes da subscrição de revistas são diferidos ao longo do período de subscrição.

As prestações de serviços incluem essencialmente a venda de espaço publicitário e são registadas no período em que a publicidade é emitida ou publicada. O desconto de quantidade concedido, é registado no período a que respeita, como redução das prestações de serviços.

Os proveitos e os custos relativos à prestação de serviços de acesso à Internet são registados no período em que os acessos são efectuados.

Os outros proveitos referem-se essencialmente à prestação de serviços de apoio à produção de novelas e séries televisivas, receita resultante de serviços de mensagens escritas de programas de televisão, exibição e venda de imagens e são reconhecidos quando o serviço é prestado.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujos valores não sejam conhecidos são estimados.

2.12 Provisões, passivos e activos contingentes

As provisões são registadas quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, seja provável que na liquidação dessa obrigação seja necessário um dispêndio de recursos e o montante da referida obrigação seja estimada com fiabilidade.

As provisões para reestruturação apenas são reconhecidas quando existe um plano detalhado e formalizado, identificando as suas principais características e após terem sido comunicados esses factos às partes envolvidas. O valor da provisão é revisto e ajustado a cada data do balanço, de modo a reflectir a melhor estimativa nesse momento. Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, a provisão não é registada e procede-se à divulgação do evento como um passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Quando existe a possibilidade de um activo decorrente de eventos passados, cuja existência dependa da ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão completamente sob o controlo da empresa, é divulgado o benefício económico como activo contingente.

2.13 Imparidade de activos não correntes, excluindo *goodwill*

São efectuados testes anuais de imparidade e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias, que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica "Provisões e perdas de imparidade".

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, inerentes ao uso continuado do activo e da sua alienação no final da

sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual pertence o activo.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que essas perdas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "Outros proveitos operacionais". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização), caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em períodos anteriores.

2.14 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é composto por imposto corrente e imposto diferido.

O Grupo encontra-se abrangido pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades, que abrange todas as empresas em que a MEGLO – Media Global, SGPS, S.A. ("MÉDIA GLOBAL") detém uma participação, directa ou indirecta em pelo menos 90% do respectivo capital e que reúnam as condições necessárias à sua inclusão neste regime. Estas condições passam por as empresas serem residentes em Portugal e tributadas pelo regime geral em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), além de existirem critérios de existência, ou não, de prejuízos fiscais em exercícios anteriores à entrada no regime.

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor, ou anunciadas estarem em vigor, à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.15 Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data de balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do período.

2.16 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam a essa data, são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de balanço, que proporcionem informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2006 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2005, segundo as disposições dos IFRS, apresentada em anexo, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, o Conselho de Administração, baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.

As estimativas contabilísticas mais significativas, reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas do semestre findo em 30 de Junho de 2006, incluem:

- a. Registo de provisões;
- b. Cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros;
- c. Cálculo do justo valor do plano de incentivos a empregados.

Estas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são registadas em resultados de forma prospectiva em conformidade com o disposto no IAS 8.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em Euros)4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação pelo método de integração global, suas sedes sociais e proporção do capital efectivamente detido em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva do capital detido	
		30.06.2006	31.12.2005
Grupo Media Capital, SGPS, S.A.	Barcarena	Mãe	Mãe
MEGLO - Media Global, SGPS, S.A.	Barcarena	100	100
MEDIA CAPITAL - Serviços de Consultoria e Gestão, S.A. ("MC SERVIÇOS")	Barcarena	100	100
Publipartner - Projectos de Media e Publicidade, Unipessoal, Lda. ("Publipartner")	Barcarena	100	100
Med Cap Technologies – Desenvolvimento e Comercialização de Sistemas de Comunicação, S.A. ("MED CAP")	Barcarena	100	100
MCE - Media Capital Edições, Lda. ("MCE")	Barcarena	100	100
EXPANSÃO ECONÓMICA – Eventos, Comércio e Projectos Especiais Audiovisuais, S.A. ("EVENTOS")	Barcarena	100	100
EDIÇÕES EXPANSÃO ECONÓMICA, Lda. ("EXPANSÃO")	Barcarena	100	100
EXPOLIDER – Feiras, Exposições e Congressos, S.A. ("EXPOLIDER")	Barcarena	100	100
CENA EDITORIAL – Edição de Publicações Periódicas, S.A. ("CENA")	Barcarena	100	100
MCR – Radiofonia e Publicidade, Sociedade Unipessoal, S.A. ("MCR")	Barcarena	100	100
CENTRAL DISCOS – Produções Discográficas, S.A. ("CENTRAL DISCOS")	Barcarena	100	100
FAROL MÚSICA – Sociedade de Produção e Edição Audiovisual, Lda. ("FAROL")	Barcarena	100	100
MEDIA CAPITAL ENTERTAINMENT - Produção de Eventos, Lda. ("ENTERTAINMENT")	Odivelas	100	100
R. CIDADE – Produções Audiovisuais, S.A. ("CIDADE")	Lisboa	100	100
RÁDIO REGIONAL DE LISBOA – Emissões de Radiodifusão, S.A. ("REGIONAL")	Lisboa	100	100
RÁDIO COMERCIAL, S.A. ("COMERCIAL")	Lisboa	100	100
Rádio XXI, Lda. (Nota 7)	Lisboa	100	100
KIMBERLEY TRADING, S.A. ("KIMBERLEY")	Barcarena	100	100
TVI – Televisão Independente, S.A. ("TVI")	Barcarena	100	100
RETI – Rede Teledifusora Independente, S.A. ("RETI")	Barcarena	100	100
MEDIA CAPITAL OUTDOOR - PUBLICIDADE, S.A. ("MC OUTDOOR")	Barcarena	100	100
PRESSETEP – Comunicação e Meios Publicitários, S.A. ("PRESSETEP")	Barcarena	100	100
TCS – Publicidade em Transportes e Meios de Comunicação, S.A. ("TCS")	Barcarena	100	100
STM – Serviços Técnicos de Manutenção de Publicidade, S.A. ("STM")	Barcarena	100	100
PUBLIMETRO – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A. ("PUBLIMETRO")	Barcarena	60	60
BTP – Publicidade e Transportes e Meios de Comunicação, S.A. ("BTP")	Barcarena	55	55
PUBLICARRIS – Publicidade na Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A. ("PUBLICARRIS")	Barcarena	55	55
MEDIA CAPITAL – Editora Multimédia, S.A. ("MULTIMÉDIA")	Barcarena	100	100
AGEFINAN - Agência de Notícias Financeiras, S.A. ("AGEFINAN")	Lisboa	50	50
MEDIA CAPITAL TELECOMUNICAÇÕES, S.A. ("MCT")	Barcarena	100	100
DIRECTÓRIO IOL - Serviços de Internet, S.A. (a)	Porto	69	69
UNIDIVISA - Promoção de Projectos de Media, S.A. ("UNIDIVISA")	Barcarena	100	100
FEALMAR – Empresa de Teatro Estúdio de Lisboa, S.A. ("FEALMAR")	Lisboa	60	60
NBP – Produção em Vídeo, S.A. ("NBP")	Lisboa	60	60
MULTICENA – Equipamento de Imagem e Som, S.A. ("MULTICENA")	Lisboa	60	60
NBP – Oficina de Actores	Lisboa	60	60
Teatro Mais – Actividades Teatrais, Lda. ("Teatro Mais")	Lisboa	60	60
CAMARINS – Sociedade de Aluguer e Venda de Guarda Roupa, Lda. ("CAMARINS")	Lisboa	60	60
NBP – Ibérica - Producciones Audiovisuales, S.A.	Madrid (ESP)	59	59
CASA DA CRIAÇÃO – Argumentos para Audiovisual, Lda. ("CASA DA CRIAÇÃO")	Lisboa	54	54
EMAV – Empresa de Meios Audiovisuais, Lda. ("EMAV")	Vialonga	54	54
EPC – Empresa Portuguesa de Cenários, Lda. ("EPC")	Vialonga	51	51
Móveis de Novela, Lda. ("Móveis de Novela")	Lisboa	36	36

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

a) Até 24 de Fevereiro de 2006, denominada por Auto Basic Motor – Comércio de Veículos, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em Euros)5. EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas associadas, respectivas sedes e a proporção do capital efectivamente detido em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva do capital detido	
		30.06.2006	31.12.2005
CLMC – Multimedia, S.A. (“CLMC”)	Lisboa	50	50
SETEPCOM – Equipamentos e Espaços Comerciais, S.A. (“Setepcom”)	Lisboa	50	50
TRANSJORNAL – Edições de Publicações, S.A. (“Transjornal”)	Lisboa	35	35
TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, S.A. (“Transpublicidade”)	Lisboa	30	30
União de Leiria, SAD (“União de Leiria”)	Leiria	20	20
Nanook – Empresa Europeia de Produção de Documentários, Lda. (“Nanook”)	Lisboa	16	16

As empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial conforme indicado na Nota 2.2.b).

6. OUTRAS EMPRESAS

As outras empresas, respectivas sedes e a proporção do capital detido em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva do capital detido	
		30.06.2006	31.12.2005
CD TOP – Sociedade Internacional de Audiovisual, S.A. (“CD TOP”)	Lisboa	23	23
JC Decaux Airport Portugal – Publicidade em Aeroportos, S.A. (“JC Decaux”)	Lisboa	15	15
FERGRÁFICA – Artes Gráficas, S.A. (“Fergráfica”)	Lisboa	6	6
UNITÉNIS – Sociedade de Empreendimentos de Ténis, S.A. (“Uniténis”)	Lisboa	-	-
NP - Notícias de Potugal, Cooperativa de Utentes de Serviço de Informação, CRL	Lisboa	-	-

Os investimentos financeiros nestas empresas encontram-se registados ao custo aquisição ou valor estimado de realização, conforme descrito na Nota 2.2.c).

7. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o primeiro semestre de 2006, não ocorreram alterações ao perímetro de consolidação do Grupo.

8. RELATO POR SEGMENTOS

A identificação dos segmentos reportáveis pelo Grupo baseia-se, essencialmente, na combinação das diferenças nos produtos e serviços e diferenças nos quadros legais dos mercados onde os negócios operam. Estes segmentos são consistentes com a forma como o Grupo analisa o seu negócio. Assim, tendo em consideração os factores acima mencionados, o Grupo identificou os seguintes segmentos reportáveis:

a) Televisão

O segmento da Televisão envolve fundamentalmente a emissão de um canal de TV generalista (TVI), a produção de programas/séries (NBP);

b) Rádio

O segmento de Rádio envolve a emissão da programação das rádios, através de antenas próprias e contratos de utilização de espaço publicitário com terceiros;

c) Outdoor

O segmento Outdoor, refere-se à venda de espaço publicitário em *outdoor* possuindo mobiliário urbano instalado em espaços públicos, transportes públicos e outros;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em Euros)

A informação adicional relevante em termos de relato por segmento, é conforme segue:

	30.06.2006				Consolidado
	Televisão	Rádios	Outdoors	Outros	
Activo líquido	292.622.853	56.513.531	35.366.590	(49.472.894)	335.030.080
Passivo	125.484.275	51.858.872	29.803.947	(13.967.045)	193.180.049
Outras informações:					
Investimento em activos tangíveis	3.252.041	336.924	124.244	695.150	4.408.359
Investimento em activos intangíveis	-	5.794	-	-	5.794
	31.12.2005				Consolidado
	Televisão	Rádios	Outdoors	Outros	
Activo líquido	285.072.109	55.455.448	36.089.827	(26.220.475)	350.396.909
Passivo	135.185.119	50.062.176	30.300.986	3.479.731	219.028.012
Outras informações:					
Investimento em activos tangíveis	5.468.748	804.694	611.654	1.777.630	8.662.726
Investimento em activos incorpóreos	4.270	3.855.221	-	-	3.859.491

9. RECEITAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

As receitas operacionais consolidadas, para os semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, repartem-se da seguinte forma:

	2006	2005
<u>Vendas:</u>		
Revistas	3.769.603	4.583.730
CD's	5.880.608	5.590.921
Produtos complementares de imprensa	2.265.290	3.129.842
Outras	241.742	253.793
	<u>12.157.243</u>	<u>13.558.286</u>
<u>Prestações de serviços:</u>		
Publicidade em televisão	72.699.866	67.107.067
Publicidade em rádios	6.466.738	7.889.198
Publicidade em outdoors	8.237.851	6.817.356
Publicidade em imprensa	3.377.253	3.209.419
Internet	4.912.455	7.166.614
Outras	2.103.974	714.505
	<u>97.798.137</u>	<u>92.904.159</u>
<u>Proveitos suplementares:</u>		
Prestação de serviços de apoio à produção de séries televisivas	1.296.941	1.040.565
Serviços de mensagens escritas	3.438.637	1.910.346
Direitos de transmissão, de exibição e venda de imagens	884.350	867.198
Outros proveitos suplementares	1.345.902	350.050
	<u>6.965.830</u>	<u>4.168.159</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em Euros)10. CUSTOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros, dos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Custos financeiros:</u>		
Juros suportados	3.570.997	4.363.777
Diferenças de câmbio desfavoráveis	35.871	83.631
Perdas na valorização de instrumentos derivados (a)	204.906	556.960
Outros custos financeiros	483.115	484.298
	<u>4.294.889</u>	<u>5.488.666</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>		
Juros obtidos	497.616	121.234
Diferenças de câmbio favoráveis	95.633	4.562
Rendimentos em participações financeiras	52.800	-
Ganhos na valorização de instrumentos derivados (Nota 19)	80.577	1.552.418
Outros proveitos financeiros	33.248	7.415
	<u>759.874</u>	<u>1.685.629</u>
	<u>(3.535.015)</u>	<u>(3.803.037)</u>

a) Os valores registados nesta rubrica correspondem à diferença entre o custo incorrido com os swaps de taxa de juro e o valor de mercado destes instrumentos financeiros.

11. DIFERENÇA ENTRE RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL

As empresas do Grupo Media Capital encontram-se sujeitas a imposto sobre lucros em sede de IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, à taxa normal de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 10%, resultando uma taxa de imposto agregada de 27,5%.

No semestre findo em 30 de Junho de 2006, a empresa participada MEDIA GLOBAL e as empresas em que esta participa, directa ou indirectamente, pelo menos em 90% e cumprem os requisitos previstos no artigo 63º do Código do IRC, estão abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades. As empresas em causa são as seguintes: Serviços, MCR, Cidade, Comercial, Regional, Farol, Central Discos, Entertainment, TVI, Kimberley, Multimédia, MED CAP, MCT, Expansão, Eventos, MCE, Expolider, Cena, MC Outdoor, Pissetep, Publipartner, TCS, STM, UNIDIVISA e RETI. As restantes empresas do grupo são tributadas individualmente.

As despesas de representação e os encargos com viaturas ligeiras de passageiros são tributados autonomamente à taxa de 5%, independentemente da existência de prejuízos fiscais. São ainda tributados à taxa de 5% os encargos com ajudas de custo e com compensação pela deslocação em viatura própria dos empregados, não facturados a clientes.

O Grupo possui prejuízos fiscais reportáveis que deram origem a impostos diferidos activos, conforme evidenciado nos quadros seguintes, calculados de acordo com o enquadramento fiscal vigente e aplicável ao Grupo Media Capital, bem como na actual e melhor expectativa da sua recuperação, atendendo às previsões de resultados fiscais futuros.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e dez anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais das empresas do Grupo dos anos de 2002 a 2005, inclusive, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração considera que dessas revisões não surgirão correcções à matéria colectável declarada, que tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em Euros)

A reconciliação da taxa de imposto dos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 30 de Junho de 2005, é conforme segue:

(a) Reconciliação da taxa de imposto

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Resultados antes de impostos	15.764.548	12.726.687
Taxa nominal de imposto	27,50%	27,50%
Imposto estimado	<u>4.335.251</u>	<u>3.499.839</u>
Diferenças permanentes	474.999	760.551
Imposto diferido activo não recuperável (i)	553.092	(176.472)
Ajustamento à colecta (ii)	167.017	145.917
	<u>5.530.359</u>	<u>4.229.835</u>
Imposto corrente	503.091	459.667
Imposto diferido do exercício	<u>5.027.268</u>	<u>3.770.168</u>
	<u>5.530.359</u>	<u>4.229.835</u>
Taxa efectiva de imposto	<u>35,08%</u>	<u>33,24%</u>

(i) Este montante corresponde a prejuízos fiscais reportáveis gerados no exercício, os quais o Conselho de Administração entende não serem recuperáveis.

(ii) Este montante representa a parcela de impostos relativo à tributação autónoma de certas despesas.

(b) Diferenças temporárias – movimento nos impostos diferidos

	<u>Saldos iniciais</u>	<u>Constituição/ (Reversão)</u>	<u>Saldos finais</u>
<u>Impostos diferidos activos:</u>			
Provisões	5.526.958	-	5.526.958
Percentagem de acabamento	957.294	32.556	989.850
Prejuízos fiscais reportáveis	16.170.421	(4.677.152)	11.493.269
Provisão para prejuízos fiscais não utilizáveis	<u>(8.963.390)</u>	<u>(553.092)</u>	<u>(9.516.482)</u>
	<u>13.691.283</u>	<u>(5.197.688)</u>	<u>8.493.595</u>
<u>Impostos diferidos passivos:</u>			
Percentagem de acabamento	68.730	(4.751)	63.979
Outros	1.208.605	(165.669)	1.042.936
	<u>1.277.335</u>	<u>(170.420)</u>	<u>1.106.915</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em Euros)12. RESULTADO POR ACÇÃO

Os resultados por acção do semestre foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Resultado</u>		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por acção e básico (resultado líquido do semestre)	10.234.189	8.496.852
<u>Número de acções</u>		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo dos resultado líquido por acção básico	84.513.180	82.768.703
Efeito das acções adicionais decorrentes dos planos de incentivos a empregados	803.200	2.800.877
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>85.316.380</u>	<u>85.569.580</u>
Resultado por acção		
Básico	0,1211	0,1027
Diluído	0,1200	0,0993

13. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, o detalhe dos investimentos financeiros em empresas associadas, é como se segue:

<u>Denominação</u>	Percentagem efectiva do Grupo	Valores de balanço	
		<u>30.06.2006</u>	<u>31.12.2005</u>
Empresas associadas:			
Transpublicidade	30%	86.220	86.220
União de Leiria	20%	76.082	367.744
Setecom	50%	72.767	72.767
		<u>235.069</u>	<u>526.731</u>
Outras empresas:			
JC Decaux	15%	37.413	37.415
Fergráfica	6%	-	
Uniténis	-	-	2.993
Notícias de Portugal	-	4.988	4.989
		<u>42.401</u>	<u>45.397</u>
Outros		2.644	2.644
Total		<u>280.114</u>	<u>574.772</u>

Como resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial, foram registados em 30 de Junho de 2006 e 30 de Junho de 2005, os seguintes movimentos nas rubricas "Investimentos em associadas":

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em Euros)

Denominação	Ganhos (perdas) em empresas associadas	
	2006	2005
CLMC	(454.818)	(13.235)
União de Leiria	(291.662)	-
Transjornal	(211.070)	(498.500)
Transpublicidade	-	4.965
	<u>(957.550)</u>	<u>(506.770)</u>

14. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de Junho de 2006 e 30 de Junho de 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2006	2005
Depósitos bancários	2.862.574	3.394.469
Caixa	196.792	213.201
	<u>3.059.366</u>	<u>3.607.670</u>

15. CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A ACCIONISTAS MAIORITÁRIOS

Em 30 de Junho de 2006, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 84.513.180 acções com o valor nominal de nove cêntimos cada.

Em 27 de Junho de 2005, decorrente da atribuição de um bónus extraordinário ao Presidente do Conselho de Administração, foram emitidas 705.000 novas acções com um valor nominal unitário de nove cêntimos, a que correspondeu um aumento de capital de 63.450 Euros, com um prémio de emissão de 296.100 Euros. Este aumento de capital foi na sua totalidade realizado em dinheiro.

Em 21 de Julho de 2005, no âmbito do plano de incentivos para empregados (Nota 23) foram emitidas 1.043.372 novas acções, a um preço de 4,35 Euros, correspondendo a um aumento de capital de 93.903 Euros, com um prémio de emissão de 4.444.764 Euros.

Em 30 de Junho de 2006, o capital da MEDIA CAPITAL era detido pelos seguintes accionistas:

	Nº de acções	Percentagem
UFA Film (Bertelsmann Group)	27.889.350	33,00
Vértix, SGPS, S.A. (Grupo PRISA)	27.889.349	33,00
Outros, inferiores a 10% do capital	28.734.481	34,00
	-----	-----
	84.513.180	100,00
	=====	=====

Prémios de emissão de acções: Os prémios de emissão de acções resultam de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor aplicável às sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados, sujeitos à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para aquisição de acções próprias.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

16. CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A INTERESSES MINORITÁRIOS

Os movimentos desta rubrica, durante os períodos findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 e 31 de Dezembro de 2005, foram os seguintes:

Saldo em 31 de Dezembro de 2004	3.174.098
Integração no perímetro de consolidação	96.137
Resultado atribuível a interesses minoritários	<u>(249.797)</u>
Saldo em 30 de Junho de 2005	3.020.438
Varição dos capitais próprios em empresas controladas	(171.355)
Integração no perímetro de consolidação	31.885
Resultado atribuível a interesses minoritários	<u>(23.204)</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	2.857.764
Varição dos capitais próprios em empresas controladas	(3.055)
Resultado atribuível a interesses minoritários	<u>210.221</u>
Saldo em 30 de Junho de 2006	<u><u>3.064.930</u></u>

Os interesses minoritários registados no balanço consolidado respeitam às seguintes empresas:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
TVI	220.399	195.553
Publicarris	136.720	122.936
Publimetro	106.499	86.765
BTP	(6.033)	(6.085)
Agência Financeira	(9.464)	12.002
Directório IOL	7.588	32.291
Fealmar	2.037.995	1.841.088
NBP	538.488	537.894
Móveis da Novela	(1.790)	(1.790)
Multicena	68.779	64.054
EPC	(49.199)	(37.824)
EMAV	4.669	(1)
Casa da Criação	10.279	10.881
	<u><u>3.064.930</u></u>	<u><u>2.857.764</u></u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em Euros)

Os interesses minoritários registados nas demonstrações de resultados consolidados, dos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, respeitam às seguintes empresas:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
TVI	24.846	20.200
Publicarris	13.784	(46.596)
Publimetro	19.734	(60.260)
BTP	53	(8.257)
Agência Financeira	(21.466)	(34.958)
Directório IOL	(24.706)	(11.476)
Fealmar	196.447	94.530
NBP	4.101	(176.241)
Multicena	4.734	(14.204)
EPC	(11.373)	(5.306)
EMAV	4.671	(4.583)
Casa da Criação	(604)	(2.595)
CAMARINS	-	(51)
	<u>210.221</u>	<u>(249.797)</u>

17. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30.06.2006				31.12.2005			
	Valor de balanço		Valor nominal		Valor de balanço		Valor nominal	
	Correntes	Não correntes						
Empréstimos bancários (a)	15.555.555	71.047.620	15.555.555	75.457.922	16.545.556	82.980.942	16.545.556	88.235.194
Credores por locações financeiras (b)	714.168	628.348	714.168	628.348	789.066	664.495	789.066	664.495
Factoring (c)	1.444.758	-	1.444.758	-	4.355.797	-	4.355.797	-
Outros empréstimos (d)	143.064	194.284	143.064	221.851	140.991	244.237	140.991	281.984
Descobertos bancários (e)	67	-	67	-	53.313	-	53.313	-
	<u>17.857.612</u>	<u>71.870.252</u>	<u>17.857.612</u>	<u>76.308.121</u>	<u>21.884.723</u>	<u>83.889.674</u>	<u>21.884.723</u>	<u>89.181.673</u>

- (a) Inclui essencialmente o empréstimo sindicado liderado pelo Banco Espírito Santo S.A. denominado em Euros e destinado a financiar aquisições de participações financeiras e operações correntes. Este empréstimo resulta de acordo de crédito suplementar que alterou as condições do empréstimo anteriormente existente e foi efectuado em 31 de Março de 2004, associado à ocorrência da Oferta Pública de Venda e aumento de capital (Nota 15). Este empréstimo tem carácter de médio e longo prazo e foi definida a sua utilização em duas tranches. O empréstimo tem o seguinte detalhe, em termos de valor nominal:

	<u>30 Junho de 2006</u>	<u>Limite de crédito</u>
Linha de médio e longo prazo	82.500.000	82.500.000
Linha de crédito (<i>revolving</i>)	7.170.889	50.000.000
	-----	-----
	<u>89.670.889</u>	<u>132.500.000</u>
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2006 este empréstimo vencia juros à taxa Euribor acrescida de 1,25%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em Euros)

A linha de médio e longo prazo deverá ser paga em oito prestações, de acordo com o seguinte detalhe:

	<u>Valor a amortizar</u>
Dezembro de 2006	7.500.000
Junho de 2007	10.000.000
Dezembro de 2007	12.500.000
Junho de 2008	15.000.000
Dezembro de 2008	17.500.000
Março de 2009	20.000.000

	<u>82.500.000</u>
	=====

A linha de crédito deverá ser paga na sua totalidade em 29 de Março de 2009.

Como garantia deste empréstimo as empresas do grupo constituíram em favor dos bancos várias garantias reais, assim como deram em penhor elementos do seu activo, designadamente participações financeiras e licenças (Nota 37).

Estes empréstimos consideram o cumprimento com determinados compromissos financeiros, que estão a ser cumpridos em 30 de Junho de 2006.

Adicionalmente, encontra-se registado nesta rubrica um empréstimo da NBP no valor de 1.342.588 Euros (Nota 21) que vence juros à taxa Euribor acrescida de um *spread* de 2,75%. Este empréstimo deverá ser pago em 29 prestações mensais de 46.296 Euros, de Julho de 2006 a Novembro de 2008.

- (b) Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, o Grupo Media Capital mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	<u>30.06.2006</u>		
	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Valor líquido</u>
Equipamento básico	855.253	498.292	356.961
Equipamento de transporte	2.459.852	1.681.787	778.065
Equipamento administrativo	372.830	143.108	229.722
Outras imobilizações corpóreas	185.930	88.317	97.613
	<u>3.873.865</u>	<u>2.411.504</u>	<u>1.462.361</u>
	<u>31.12.2005</u>		
	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Valor líquido</u>
Equipamento básico	1.409.170	950.027	459.143
Equipamento de transporte	3.582.875	2.631.957	950.918
Equipamento administrativo	307.964	117.762	190.202
Outras imobilizações corpóreas	185.930	79.020	106.910
	<u>5.485.939</u>	<u>3.778.766</u>	<u>1.707.173</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em Euros)

O valor das rendas vincendas de contratos de locação financeira tem o seguinte detalhe:

	<u>30.06.2006</u>
Junho 2007	<u>714.168</u>
Junho 2008	422.390
Junho 2009	152.802
Junho 2010	<u>53.156</u>
	<u>628.348</u>
	<u>31.12.2005</u>
2006	<u>789.066</u>
2007	436.125
2008	169.824
2009	<u>58.546</u>
	<u>664.495</u>

- (c) A rubrica *Factoring* refere-se a montantes adiantados por entidades financeiras, correspondentes a facturas emitidas pela participada FEALMAR. Estes adiantamentos vencem juros à taxa Euribor acrescida de um *spread* de 1,0%.
- (d) Os outros empréstimos incluem o empréstimo do IAPMEI, que consiste em subsídios concedidos no âmbito do Programa Operacional da Economia. Este empréstimo deverá ser pago de acordo com o seguinte detalhe:

	<u>Valor nominal a amortizar</u>
Setembro de 2006	2.073
Outubro de 2006	70.496
Abril de 2007	70.495

	143.064
	=====
Setembro de 2007	4.145
Outubro de 2007	211.488
Março de 2008	2.073
Setembro de 2008	2.073
Março de 2009	2.072

	221.851
	=====

- (e) Os descobertos bancários vencem juros às taxas normais de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em Euros)18. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição, com o respectivo plano de pagamentos:

	30.06.2006			
	Julho 2007 a Junho 2008	Julho 2008 a Junho 2009	Seguintes	Total
Estado e outros entes públicos - dívidas integradas em planos de pagamento	176.358	176.358	266.506	619.222
Dívidas a pagar ao abrigo do Processo Especial de Recuperação de Empresas	-	2.265.775	-	2.265.775
Dívida pela aquisição da TCS	-	-	-	-
Dívida pela aquisição da Expolider	335.372	90.641	-	426.013
	<u>511.730</u>	<u>2.532.774</u>	<u>266.506</u>	<u>3.311.010</u>

	31.12.2005			
	2007	2008	2009 e seguintes	Total
Estado e outros entes públicos - dívidas integradas em planos de pagamento	176.358	176.358	354.685	707.401
Dívidas a pagar ao abrigo do Processo Especial de Recuperação de Empresas	-	2.592.244	-	2.592.244
Dívida pela aquisição da TCS	666.664	-	-	666.664
Dívida pela aquisição da Expolider	335.372	243.098	-	578.470
Dívida pela aquisição da TVI	435.170	-	-	435.170
Dívida pela aquisição da Vizzavi	1.409.436	-	-	1.409.436
	<u>3.023.000</u>	<u>3.011.700</u>	<u>354.685</u>	<u>6.389.385</u>

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, o Grupo tinha contratado instrumentos financeiros derivados, essencialmente com o objectivo de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro. A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações. As referidas operações são sujeitas a aprovação prévia do Conselho de Administração. O valor de mercado (*fair value*) destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações financeiras.

Em 30 de Junho de 2006, os instrumentos derivados contratados do Grupo estão classificados, no balanço, como instrumentos financeiros para negociação e são conforme segue:

Equity swap sobre acções próprias

Durante o exercício de 2004, a Empresa contratou com uma instituição financeira, um *equity swap* sobre acções próprias, associado ao plano de incentivos a empregados (Nota 23). Aquele instrumento financeiro prevê que sejam adquiridas acções próprias até ao valor máximo de 10.000.000 Euros. Em 30 de Junho de 2006, aquela instituição financeira tinha adquirido cerca de 1.313.386 acções (1.566.586 em 31 de Dezembro de 2005). Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 o valor de mercado deste instrumento financeiro é positivo e ascende a 1.580.988 Euros e 1.785.894 Euros, respectivamente.

Derivados de taxa de juro

Em exercícios passados, o Grupo contratou *swaps* de taxa de juro com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de parte do empréstimo sindicado. Em 30 de Junho de 2006, o montante contratado ascendia a 39.687.500 Euros (48.437.500 Euros em 31 de Dezembro de 2005), cujo valor de mercado ascendia a 596.922 Euros negativos (1.102.395 Euros negativos em 31 de Dezembro de 2005).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em Euros)

Estes derivados encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas por instituições financeiras. As variações do justo valor foram registadas na demonstração de resultados na rubrica custos financeiros líquidos (Nota 10).

20. SALDOS E TRANSACÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 e as transacções efectuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, no período referido, são os seguintes:

	30.06.2006					
	Contas a receber	Contas a pagar	Prestação de serviços	Juros Obtidos	Custo das matérias primas consumidas	Fornecimentos e serviços externos
CLMC	5.569.886	222.988	620.933	290.431	60.500	43.368
Transjornal	343.617	41.438	418.042	30.652	-	121.805
Transpublicidade	138.488	326.526	258.443	-	-	714.668
União de Leiria	56.568	-	28.050	-	-	-
CD TOP	1.496	1.050	-	-	-	-
	<u>6.110.055</u>	<u>592.002</u>	<u>1.325.468</u>	<u>321.083</u>	<u>60.500</u>	<u>879.841</u>

	31.12.2005						
	Contas a receber	Contas a pagar	Prestação de serviços	Juros Obtidos	Proveitos suplementares	Custo das matérias primas consumidas	Fornecimentos e serviços externos
CLMC	5.191.130	73.598	1.415.403	117.969	5.813	101.500	-
Transjornal	1.131.192	32.174	883.242	26.690	-	-	158.856
União de Leiria	22.627	-	56.100	-	-	-	-
Transpublicidade	22.117	80.130	271.751	-	-	-	1.020.808
Nanook	20.000	-	-	-	-	-	-
CD TOP	1.496	1.050	-	-	-	-	-
	<u>6.388.562</u>	<u>186.952</u>	<u>2.626.496</u>	<u>144.659</u>	<u>5.813</u>	<u>101.500</u>	<u>1.179.664</u>

As transacções efectuadas com as empresas participadas CLMC e Transjornal referem-se, essencialmente, à prestação de serviços de publicidade e a juros obtidos de empréstimos de suprimento concedidos. Para além destas, não foram efectuadas outras transacções com partes relacionadas, consideradas relevantes.

21. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 30 de Junho de 2006, a MEDIA CAPITAL tinha prestado garantias bancárias e outras a terceiros, de acordo com o seguinte detalhe:

Warner Music – garantia bancária no âmbito do acordo com a ENTERTAINMENT (a)	1.500.000
Direcção Geral de Impostos – processos de execução fiscal (b)	1.389.599
Garantia bancária – valor em dívida pela aquisição dos 35% da TCS (c)	1.333.332
CLMC – carta de crédito com 20 th Century Fox Home Entertainment (d)	900.000
Garantia bancária – valor em dívida pela aquisição da EXPOLIDER (c)	861.258
IAPMEI (Nota 17.d)	442.009
Processos judiciais e outros (b)	406.289
Aval relacionado com projectos de expansão de rádio	370.526
União de Leiria, SAD	149.639
CLMC – Livrança avalizada	125.000
Garantias suporte a contratos de arrendamento	66.000
CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.	61.807
Garantias bancárias de suporte a contratos de fornecimento de energia eléctrica	21.963
EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa	11.684

	7.639.106
	=====

(a) Garantia bancária no âmbito do acordo de distribuição exclusiva entre a Warner Music Portugal e a ENTERTAINMENT.

- (b) Processos parcialmente provisionados em função dos pareceres obtidos por parte dos consultores fiscais e legais.
- (c) Dívidas registadas em balanço.
- (d) Garantia bancária no âmbito do acordo de distribuição exclusiva de direitos sobre produtos em DVD e vídeo.

Como garantia do empréstimo de médio longo prazo concedido pelo sindicato bancário, a Empresa e as suas participadas prestaram diversas garantias reais conforme descrito na Nota 17.

A NBP deu como hipoteca um edifício de sua propriedade como garantia de um empréstimo de 1.342.588 Euros (Nota 17).

Em 30 de Junho de 2006, decorrente do contrato de crédito, com carácter de médio e longo prazo, celebrado entre a participada Media Global e o sindicato bancário liderado pelo banco Banco Espírito Santo S.A (Nota 17), foram prestadas garantias reais, bem como promessas de penhor, como segue:

MEDIA GLOBAL

- Penhor sobre 100% do capital das sociedades MCE, MC OUTDOOR, MED CAP, MC SERVIÇOS, MULTIMÉDIA, KIMBERLEY e MCR;
- Penhor sobre 60% do capital da FEALMAR e NBP;
- Penhor sobre 40% do capital da MULTICENA.

NBP

- Penhor sobre 20% do capital da MULTICENA.

MC OUTDOOR

- Penhor sobre 100% do capital da PRESSETEP.

PRESSETEP

- Penhor sobre 65% do capital da TCS.

KIMBERLEY

- Penhor sobre 91,8% do capital da TVI.

TVI

- Penhor sobre 55% do capital da RETI.

EXPANSÃO

- Penhor sobre 100% do capital da EXPOLÍDER.

MCE

- Penhor sobre 100% do capital da EVENTOS.

MCR

- Penhor sobre 100% do capital das empresas COMERCIAL, REGIONAL e CIDADE.

Adicionalmente, foram constituídos penhores sobre licenças, participações de capital e diversos activos das empresas anteriormente referidas, bem como das restantes empresas consolidadas e referidas na Nota 1. Foram ainda constituídas promessas de penhor sobre activos a adquirir no futuro pelas referidas empresas do Grupo MEDIA CAPITAL.

22. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos de administração da Empresa, nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, foram de 651.833 Euros e 1.227.008 Euros, respectivamente. Estas remunerações foram auferidas nas diversas empresas incluídas na consolidação.

As remunerações atrás referidas, auferidas no semestre findo em 30 de Junho de 2006 foram na sua totalidade remunerações fixas. No semestre findo em 30 de Junho de 2005, as remunerações dividiram-se em remunerações fixas de 727.008 Euros e remunerações variáveis de 500.000 Euros.

As remunerações atribuídas ao órgão de fiscalização da Grupo Media Capital durante os semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 foram de 30.000 Euros e 15.785 Euros, respectivamente.

23. PLANO DE INCENTIVOS

O Conselho de Administração da Media Capital aprovou durante 2004, um plano de incentivos para alguns empregados do Grupo Media Capital. Este plano é constituído por opções de compra de acções da Empresa representativas de uma percentagem até 5% do seu capital, distribuídos por um período de quatro anos, com início em 2004. O número de acções a atribuir e o seu valor de exercício são definidos em cada exercício, a que se refere a atribuição dos direitos. A atribuição e exercício destas opções sobre acções dependem do cumprimento de determinadas metas quantitativas (performance financeira da Empresa) e qualitativas (relativas aos empregados abrangidos pelo plano).

No âmbito deste plano de incentivos, no primeiro semestre de 2005, o Conselho de Administração atribuiu aos empregados o direito de aquisição ou subscrição de 803.200 acções, a um preço de exercício de 5,40 Euros. Estas opções tinham como justo valor, à data da atribuição do direito, 1.294.514 Euros. Este valor foi calculado por terceiras entidades com base no modelo *Black Scholes*. Em conformidade com o definido na IFRS 2 – Pagamento com base em acções, foi registado um custo com o pessoal, por contrapartida de reservas.

Durante o primeiro semestre de 2006, o Conselho de Administração ainda não procedeu a qualquer atribuição de direitos de aquisição ou subscrição de acções relativo ao exercício de 2006. Contudo, a Empresa efectuou uma estimativa do justo valor desta atribuição, atenta a experiências passadas. O valor da estimativa ascendeu a 250.000 Euros, correspondentes ao primeiro semestre de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO